

Percepções dos colonos a respeito da natureza no sertão da Capitania do Rio Grande

Helder A. Medeiros de Macedo

Prólogo: povoação do Caicó, 1748

Homens, mulheres e crianças aglomeravam-se na pequena Povoação do Caicó,¹ numa área plana e ladeada por serrotes e cordões de pedra, próxima a um poço d'água no leito do rio Seridó. Provavelmente era manhã quando o padre Francisco Alves Maia, perante a multidão presente na planície, abençoou uma cruz, símbolo do martírio de Cristo, para que servisse de marco do local onde deveria ser “fundada e erecta a Matriz com a invocação de Senhora Sant’Ana, por ser este o lugar mais cômodo e para onde podia concorrer o povo com conveniência comum para todos”. Um lugar cômodo e conveniente para todos, já que a pequenina capela de que dispunha o povoado, erguida há pouco mais de meio século – no fenecimento das batalhas sangrentas entre os nativos e as tropas coloniais – ficava encravada num alto, em terreno acidentado e lastrado de serrotes de pedra, aonde se chegava após a passagem do leito do rio Seridó. Espaço que, decerto, dificultava o acesso aos fiéis, especialmente os de avançada idade. Imaginamos, também, que as paredes dessa capela – também dedicada à Senhora Santa Ana – não fossem mais capazes de reunir, sob o mesmo teto, os moradores da povoação e dos arredores, cujas cifras aumentavam, ao passo que também se avultava o número de fazendas de criar gado na Ribeira do Seridó e, por conseguinte, da presença de famílias com seus agregados. Era necessário, naquele momento, que um novo templo – maior e situado em terreno de melhor acesso – pudesse suprir as necessidades espirituais dos moradores do Caicó e das fazendas situadas a pequena distância.

A determinação de um local para a construção desse templo somente foi possível naquele momento graças à doação de uma faixa de terras pelo Tenente José Gomes Pereira e sua esposa, dona Ana Maria da Assunção, onde deveria ser levantada a matriz e a casa do “Reverendo Pároco e seus sucessores”.² Corria o ano de 1748 e a cerimônia presidida pelo padre Francisco Alves Maia naquele distante 26 de julho – dia dedicado, no calendário da Igreja Católica, a Santa Ana – consubstanciava a instalação de mais uma freguesia no sertão³ da Capitania do Rio Grande, com título e invocação à Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó.⁴ Somente entenderemos com clareza o surgimento dessa freguesia se a enxergarmos como sendo parte integrante de um movimento mais amplo, o de colonização do sertão da Capitania do Rio Grande, possibilitado pelo alargamento da fronteira da pecuária, à medida que o Rei de Portugal – através do capitão-mor – doava porções de terra para serem ocupadas pelo gado e por lavouras.

A partir dos anos 80 do século XVII essa expansão da pecuária encontrou ferina resistência por parte dos índios da família Tarairiu, especialmente os Janduí e os Canindé, que ocasionou conflitos para os quais a documentação do período chamou de *Guerra dos Bárbaros*. Para fazer frente a essa situação, as autoridades coloniais destinaram terços militares (a princípio formados de contingentes da própria capitania e circunscrições vizinhas, depois representados pelos *paulistas* de Piratininga) que tinham a missão de acabar com os nativos, considerados óbices à efetiva penetração do mundo ibérico nas ribeiras do sertão. Detalhe a ser anotado é que esses terços, embora comandados por brancos, na maioria das vezes tinham uma composição mista, abrigando negros, mestiços e mesmo índios cristianizados, que lutavam contra os indígenas tidos como “rebeldes” no sertão.

Após sanguinolentas batalhas, grande parte da população indígena que habitava o sertão do Rio Grande foi exterminada. Parte dos sobreviventes fugiu para outras capitanias ou foi posta sob a tutela da Igreja Católica, por meio das missões religiosas situadas, em sua maioria, na área litorânea e sublitorânea. Alguns conseguiram escapar da sanha colonial e refugiaram-se nos pináculos ou nas chãs das serras. Entretanto, com a gradativa fixação de colonos em fazendas que cada vez mais avançavam para o interior, os refúgios desses índios e índias foram sendo conhecidos e eles acabaram sendo incorporados (na maioria das vezes, por meio da

força) ao mundo colonial. Desses acontecimentos a memória social ainda guarda vários relatos, unânimes ao se referirem a “caboclas brabas”, que teriam sido “pegas a dente de cachorro e casco de cavalo”, ou seja, domesticadas pelos colonizadores.⁵ Despovoado o sertão da maioria dos índios e povoado com brancos⁶ – acompanhados de negros e de mestiços –, fazendas foram edificadas e microscópicas manchas urbanas surgiram em torno de capelas, nas áreas mais planas, geralmente nas proximidades dos cursos d’água ou mesmo em terraços fluviais. Arraiais transformaram-se em povoações e estas em vilas, posteriormente elevadas a cidades. Essa é, grosso modo, a genealogia das municipalidades da região do Seridó.⁷

Interregno: espaço e natureza

Índios Tarairiu habitando nas plagas do sertão; colonos apossando-se dessas terras para incrementar a criação de gado, através da doação de sesmarias empreendida pela administração colonial; resistência nativa contra o avanço da pecuária; investida de terços militares contra os grupos indígenas insurgidos e eliminação de grande parte dessa população, da qual ficaram alguns sobreviventes; retomada das sesmarias doadas anteriormente e transmissão de mais glebas a outros colonos, com destaque para os ex-combatentes contra os “bárbaros”; aparecimento de fazendas de criar gado e pequenos povoados nas ribeiras do sertão; criação de uma instância administrativa, de domínio eclesiástico, para gerir as necessidades religiosas da população que crescia. Esses eventos, dispostos um a um e em seqüência, nos informam uma determinada visão de mundo. Contemplar a história do sertão do Rio Grande dessa maneira é interpor um olhar que se corporifica num fio linear, estável, sem maiores estorvos à compreensão, como se os diversos grupos sociais estivessem predestinados a perseguirem hostilidades entre si, de modo a travarem combates assustadores cujo saldo foi, em grande parte, a cessação completa e definitiva da vida para brancos, índios, negros e mestiços. Como se essa predestinação tivesse levado os colonos a buscarem na ablação dos nativos a razão de ser de sua existência no Norte da América Portuguesa, que estaria de uma vez por todas consumada à medida que deitavam seus gados nas pastagens ou semeavam o milho e o feijão nos derredores das casas onde moravam.

Essa narrativa diacrônica dos primeiros tempos do sertão do Rio Grande, produzida pela historiografia regional,⁸ deixou evidente o quanto os grupos sociais investiram em sua sobrevivência durante os anos que se sucederam ao período holandês,⁹ adentrando pelos meandros dos últimos anos do século XVII em diante. Elemento que não ficou tão explícito, todavia, foi o de como era o espaço ocupado pelos diversos grupos indígenas no momento em que os colonizadores lobrigaram o sertão. E, ainda, como esse mesmo espaço foi apreendido e (re)significado por meio da empresa pecuarística, tornando-se um espaço colonial. Partindo dessa premissa, é com o intento de investigar a forma como se enxergou e representou o espaço do sertão do Rio Grande – que posteriormente viria a compor o território da Freguesia de Santa Ana – que propomos a escrita desse texto. Essa tentativa de esquadriñar um recorte do sertão da América Portuguesa se dá à medida que partimos do pressuposto do espaço como algo não dado ou meramente naturalizado, mas, como um lugar praticado, fruto do movimento dos homens em diferentes direções, com velocidades diversas e durante cronologias múltiplas. Lugar que se torna visível e dizível à medida que é marcado pela presença do homem, que sobre ele traça mapas e desenvolve percursos.¹⁰

O espaço, por sua vez, é (de)codificado pela retina humana em paisagens, recortes da realidade, cuja presença/ausência de águas, matas e rochas permite que falemos de paisagens naturais (predominância da natureza) e culturais (predomínio da ação humana). Toda paisagem, firmada nas relações dos homens com a memória e os seus sentidos, é cultural antes de ser natural, mesmo quando elementos da natureza tiverem preponderância em sua configuração. A idéia de paisagem, portanto, pressupõe um objeto de percepção da imaginação humana, projetado sobre a natureza e sobre a cultura, tendo como mediador o olhar e a cognição humanos.¹¹

Espaço, paisagem, natureza. O uso dessas definições implica que esse texto toma inspiração, também, na história ambiental, tendência historiográfica que tomou corpo a partir da década de 1970 nos Estados Unidos, época em que se avolumaram discussões cuja agenda girava em torno da crise global e da necessidade de recrudescimento de movimentos ambientalistas e ecológicos – período de “reavaliação e reforma cultural, em escala mundial”, portanto. Com forte influência da Escola dos Annales e hoje

difundida em várias partes do globo, essa tendência rejeita premissas como o fato de a experiência humana ter se desenvolvido sem a imposição de limites naturais, de os humanos terem se constituído em uma espécie distinta e de as conseqüências ecológicas de seus feitos passados poderem ser esquecidas. Assim, seu objetivo principal é o de “aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados”, tentando oferecer respostas a três conjuntos de questões: o entendimento da natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado; os domínios socioeconômicos, na medida em que interagem com o ambiente; a interação mais intangível e exclusivamente humana, na qual percepções, valores éticos, leis e mitos tornam-se parte do diálogo de um indivíduo/grupo com a natureza.¹²

O nosso primeiro relato de espaço se constrói quando examinamos mais de perto o sertão do Rio Grande antes da instalação da Freguesia de Santa Ana. Como proceder para ter acesso a esse *sertão*? Que tipo de fontes lançar mão neste momento? Ocupamo-nos novamente das discussões da história ambiental para amparar nossa resposta. Uma das suas características é a “grande variedade de fontes pertinentes ao estudo das relações entre as sociedades e o seu ambiente”,¹³ podendo ser utilizadas fontes tradicionalmente usadas pela história econômica e social (censos populacionais, econômicos e sanitários; inventários de recursos naturais; jornais, leis e documentos governamentais; atas e crônicas legislativas e judiciárias) ou mesmo pela antropologia e história cultural (mitos, lendas, narrativas de viajantes e relatos etnográficos). Dessas, as narrativas deixadas por viajantes se oferecem como tentadoras, à proporção que se constituem relatos com detalhes pormenorizados sobre a fauna, flora, nativos e recursos naturais, bem como a respeito da ação humana decalcada sobre eles. Os viajantes estrangeiros, por seu turno, costumam registrar “fatos sociais ‘rotineiros’ que nem sempre aparecem nos registros dos locais”,¹⁴ o que confere especial importância aos seus relatos.

Cronistas dos séculos XVI e XVII, a exemplo de Gabriel Soares de Souza, Ambrósio Fernandes Brandão, Jean de Léry e Frei Vicente do Salvador, assinalaram informações a respeito da Capitania do Rio Grande, todavia, restritas ao litoral e adjacências.¹⁵ É a presença holandesa na capi-

tania (1633-1654) que propiciará o envio de dois emissários ao sertão, com o objetivo de dotar de garantias a aliança flamenga com os grupos indígenas do interior. O primeiro é uma figura emblemática do período holandês no Rio Grande, bastante comentada pela historiografia regional. Referimo-nos a Jacob Rabbi, judeu alemão que veio para a América com Maurício de Nassau e que esteve com os Tarairiu no sertão por um período de quatro anos, compartilhando dos hábitos nativos e assumindo alguns comportamentos nativos. Escreveu uma crônica sobre o viver desses índios, contendo informações sobre seus hábitos cotidianos e as terras onde habitavam. Esse relato foi apresentado a Nassau e serviu de base para as descrições posteriores de Gaspar Barléu, George Marcgrav, Johan Nieuhof e Guilherme Piso¹⁶ – todos a serviço dos batavos – nas quais figuram dados referentes ao sertão e seus íncolas. Sucessor de Jacob Rabbi como representante diplomático dos nederlandeses junto aos Tarairiu, Rodolfo Baro [Roulox Baro] também permanecerá certo tempo junto aos índios liderados pelo principal Janduí. Estes habitavam nos anos 1640 nas margens da Lagoa Macaguá – hoje, no Rio Acauã – onde abundava a taráira (traíra), peixe que fazia parte dos hábitos alimentares diários dos indígenas sob o comando de Janduí – razão, inclusive, para que fossem chamados pelos holandeses de *Tarairiu*. À medida que a estiagem se avizinhava, esses índios subiam a Serra de Macaguá,¹⁷ onde eram favorecidos pela predisposição daquele maciço à agricultura. Rodolfo Baro compartilhou do viver indígena no sertão e a crônica expondo a região em que habitavam e seus costumes foi escrita em 1647, vindo a público em 1651.¹⁸

Reconhecemos o mérito das crônicas dos viajantes a serviço dos nederlandeses para rememorarmos ao sertão nos Seiscentos, contudo, neste texto, iremos dar preferência a fontes que se encontram cronologicamente mais próximas dos eventos que precederam a criação da Freguesia de Santa Ana. Não obstante, nossas sondagens estarão circunscritas aos limites temporais do século XVII, com ênfase nas três últimas décadas, momento em que o choque entre os dois mundos, o indígena e o ocidental,¹⁹ chega ao seu clímax. A incompatibilidade entre curraleiros e nativos, entretantes, fará com que o sertão do Rio Grande tenha seus chãos embebidos do sangue de índios, brancos, negros e mestiços envolvidos na Guerra dos Bárbaros.²⁰ Nesses anos, notadamente no período posterior à

presença holandesa, em decorrência da concessão de sesmarias pelos capitães-mores do Rio Grande na tentativa de reocupar a capitania, o sertão passou a compor os interesses dos colonos que tinham a pretensão de espriar suas reses ou cultivar lavouras para subsistência nos solos da hinterlândia. Essas sesmarias, herança da legislação metropolitana adaptada à condição da colônia,²¹ permitiam que homens de boa sorte, fidalgos ou ex-combatentes nas guerras contra os holandeses ou mesmo contra o *gentio bárbaro*, pudessem ter acesso à vastas extensões de terra, “que eram concedidas com limites e extensão incertos”.²² A doação de uma sesmaria – ou data de sesmaria, expressão similar correntemente utilizada nos documentos coloniais – significava o instrumento jurídico mediante o qual estava legalizado o domínio sobre um determinado território durante os séculos XVI, XVII e XVIII.²³ Tal doação era outorgada pelo próprio Governo-Geral estabelecido na colônia, entretanto, a prática passou a ser exercida, também, pelos capitães-mores ou até mesmo pelo Senado da Câmara, quando se tratava, especificamente, de chãos situados dentro ou nas cercanias do espaço urbano.²⁴

Nesse sentido, dois tipos de sesmarias nos serão úteis: as concedidas pelo Governador-Geral do Estado do Brasil, com assento na Bahia, e as transmitidas pelo Capitão-Mor da Capitania do Rio Grande, que mantinha seu posto na Fortaleza dos Santos Reis. Trata-se de apenas cinco documentos contendo o requerimento da concessão da terra e a sua doação pela autoridade colonial constituída, cujos textos apontam para territórios que hoje correspondem à região do Seridó. Esses documentos, cuja produção já remete a um relato de espaço, permitirá densa investigação do espaço do sertão do Rio Grande durante as décadas de 70, 80 e 90 do século XVII. Iniciemos o nosso trajeto.

Espinharas e piranhas

Penosa é a tarefa de definir, através de palavras, símbolos ou representações cartográficas, os limites que existiam entre as vizinhas Capitânicas do Rio Grande e da Paraíba durante o Período Colonial. Mesmo que a divisão procedida durante o reinado de Dom João III tenha retalhado em quadriláteros as possessões da metrópole na América Portuguesa – ou que

essa seja a idéia que nos é passada pelo mapa de Luís Teixeira (1574)²⁵ –, na prática, as linhas de demarcação eram confusas. Esse embaraço, inclusive, refletia-se no momento em que as autoridades coloniais viam-se na obrigação de manifestar preferência pelo sertão da Paraíba ou do Rio Grande – tomando essas duas unidades administrativas como exemplos – no momento de doar as glebas para os que as quisessem nos espaços de fronteira. Assim sendo, nosso relato de espaço tem seu prelúdio na Bahia de Todos os Santos, de onde foi cartografado um dos primeiros domínios sobre solos que viriam a receber, após o ano de 1748, a bênção de Santa Ana. Na Cidade do Salvador, no princípio de fevereiro de 1670, compareceram treze criadores de gado interessados em aproveitar-se de terras devolutas no sertão da Capitania da Paraíba do Norte. Ao que tudo indica, alguns deles já estavam com gados situados nos pastos do rio São Francisco, de onde poderia ser mais cômodo o transporte de seus animais em direção à Capitania da Paraíba. Referimo-nos, aqui, aos Oliveira Lêdo, família baiana cujos sertanistas estiveram envolvidos no empreendimento colonizador da Paraíba, especialmente a Teodósio de Oliveira Lêdo. Este transpôs o sertão do São Francisco e seguiu rumo à Paraíba, onde combateu grupos de índios *tapuia* levantados e esteve envolvido na instituição do Aldeamento de Nossa Senhora do Pilar²⁶ e, cada vez mais próximo das fronteiras com o Rio Grande, na edificação do Arraial das Piranhas²⁷ (1696), razão pelo que foi condecorado com a patente de Capitão-Mor de Piranhas e Piancó.²⁸

Naquele longínquo 1670, Teodósio de Oliveira era um dos solicitantes de terra, junto com seu tio, Capitão Antonio de Oliveira Lêdo, e os parentes Custódio de Oliveira Lêdo, Antonio Pereira de Oliveira, Gonçalo de Oliveira Pereira e Gaspar de Oliveira. Completavam o séquito dos suplicantes o Capitão Francisco de Abreu de Lima e o Alferes João de Freitas da Cunha, além de José de Abreu, Luís de Noronha, Antonio Martins Pereira, Estevão de Abreu e Lima e Sebastião da Costa.²⁹ Pediam ao Capitão General de mar-e-Terra do Estado do Brasil, Alexandre de Souza Freire, “doze legoas de terras de largo, começando em o Rio xamado das Espinharas que começarão fronteiras a Serra da Burburema, ficando seis legoas pr. cada Banda do Rio, e di comprimento sincoenta”.³⁰ Embora o texto do requerimento fizesse menção ao território da Paraíba, o Rio Espinharas adentrava na Capitania do Rio Grande, despejando suas águas no Rio Piranhas – a sesmaria, portanto, tinha seus contornos passando pela jurisdição das duas capitanias referidas.

Provavelmente Teodósio de Oliveira Lêdo e seus colegas de petição não conheciam, ainda, o sertão da Paraíba e do Rio Grande, especialmente no trecho cortado pelo Rio das Espinharas. Todavia, o fato de traçarem um mapa dessa região da distante Bahia – embora pudessem estar com seus gados pastando no São Francisco – indica que já deviam circular, pelo menos no Norte da América Portuguesa, determinadas notícias a respeito do sertão do Rio Grande ou da Paraíba, ao menos informando das terras desapossadas de brancos e repletas de índios.³¹ Não é de estranhar que o pedido formulado pelos criadores baianos e seus parceiros deixe transparecer um sertão inculto, silvestre e desaproveitado, com terras somente “povoadas de índios”, as quais tinham sido *descobertas* “com grande dispêndios de Suas Fazendas e risco de suas vidas pr. serem de Tapuios, q. nunca tiverão conhecimento de Brancos”.³² Águas, campos e matas compunham a paisagem natural desse sertão, imaginada pelo olhar dos sesmeiros e materializada em três lugares: a cordilheira da Borborema, o rio das Espinharas e o corpo dos índios. No primeiro, privado de moradores e imerso na solitude – como remete a sua etimologia³³ –, os colonizadores puderam ter visão conspectiva dos vales e boqueirões situados no sertão, cortados pelos rios, protegidos por elevadas serras e dotados de pastagens aprazíveis às suas “criaçõs de gados, e cavalgadas, e suas criaçõs”.³⁴ Espinharas, por sua vez, não nominava apenas o rio, mas as regiões mais próximas e que se encontravam atravessadas pelo leito do curso d’água, as ribeiras. A Ribeira das Espinharas foi, desse modo, terreno onde se produziram percursos que originaram os caminhos do gado e do povo, comumente usando-se do leito dos rios como guia; se fincaram os mourões dos currais para a guarda dos rebanhos e ferra dos bezerros a cada ano, mesmo quando as investidas dos autóctones fizeram os vaqueiros quase “perderem o ferro”.³⁵ Os índios, em algumas ocasiões tão hostis quanto a natureza que se apresentava ao colonizador, embora pudessem ser percebidos como parte da paisagem natural, tiveram seus corpos objetificados como empecilho ao enraizamento da pecuária nas ribeiras do sertão – daí um dos motivos pelos quais intensas guerras de despovoamento (nativo) foram travadas pela Coroa Portuguesa entre o fim do século XVII e início do século XVIII.

A sesmaria foi oficialmente doada em 04 de fevereiro de 1670 e dela não temos notícia da confirmação régia. As suas terras, que se sucediam desde as fraldas da Serra do Teixeira até a desembocadura do Espinharas

no rio Piranhas,³⁶ foram sendo ocupadas gradativamente, seja na Paraíba, seja no Rio Grande. A procedência do nome Piranhas vem do tupi *pir-ãi*, “o que corta a pele; nome de um peixe voraz (*Pygocentrus*) da fauna fluvial do Brasil; a tesoura, a tenaz”.³⁷ Cardumes desse peixe teleósteo deveriam abundar nas águas do rio – que posteriormente levaria seu nome – quando os primeiros colonos bateram a vista em seu leito, que, nos dias atuais, nasce na Serra do Bongá, em território do município paraibano São José de Espinharas. Após receber os afluentes Piancó e Peixe, ainda na Paraíba, adentra no Rio Grande do Norte pelo município de Jardim de Piranhas, onde passa “a receber as águas de todos os rios que formam a bacia hidrográfica da região do Seridó”;³⁸ após passar pelo lugar *Estreito* (em Jucurutu)³⁹ e ter seu líquido represado pela Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, recebe o nome de Piranhas-Açu, lançando suas águas no Atlântico nas imediações da cidade de Macau. Os dentes numerosos e cortantes, aliados à voracidade carnívora do peixe nominador do rio, ainda estariam imprimindo medo aos moradores da ribeira em pleno século XIX. É o caso de Manuel de Souza, que morreu com 20 anos de idade vítima de uma dentada de piranha em 1835,⁴⁰ e ainda de Raimundo Alves dos Santos, de 35 anos, cuja *causa-mortis* registrada no seu assento de enterro trazia “uma dentada de piranha debaixo do braço esquerdo”.⁴¹

Voltando às Espinharas, foge ao nosso conhecimento a maneira pela qual a vasta data de terra foi repartida entre os treze peticionários. O que sabemos é que “Coube a João de Freitas da Cunha o trecho correspondente ao futuro município”⁴² de Serra Negra do Norte, que nos dias atuais situa-se na extremidade oeste da região do Seridó norte-rio-grandense. E mais: “Falecendo o sesmeiro [João de Freitas da Cunha], herdou-a seu irmão Domingos Freitas da Cunha que a vendeu por 600\$000 a Manoel Barbosa de Freitas, situando este uma fazenda no local. Doou-a ao sobrinho Manoel Pereira Monteiro, fundador da povoação, grande lavrador e fazendeiro”.⁴³ A “povoação” referida na citação anterior é uma fazenda de criar gados, edificada por Manuel Pereira Monteiro às margens do Espinharas, nas adjacências de elevações rochosas que, vistas da serra da Borborema ou de quaisquer cumes na ribeira, tinham seu contorno e vegetação enegrecidos. Daí chamarem-se *Serras Negras*⁴⁴ ou *Serra Negra*, topônimo comum nas sesmarias do século XVIII.⁴⁵ A chegada de Manuel

Pereira Monteiro data de fins de 1728, quando construiu seus currais e levantou a casa da fazenda, aproveitando-se dos recursos naturais da Ribeira das Espinharas, sendo “coberta de palha, construída de pau a pique e barro amassado”.⁴⁶

Em 1730 duas léguas de terra ao longo do rio Espinharas seriam adicionadas à Fazenda da Serra Negra, decorrentes da compra que Manuel Pereira Monteiro fez a Teodósio de Oliveira Lêdo e sua esposa, Dona Cosma Tavares Leitão, de parte da grande sesmaria de 1670.⁴⁷ Essas duas léguas correspondiam ao Arapuá, lugar cujo nome vem do tupi *ira-poã*, “o mel redondo, ou ninho de abelhas arredondado”.⁴⁸ Arapuá é uma abelha negra (*Trigona spinipes* F.) que é lembrada no imaginário popular do sertão por ter costume de atacar os cabelos das pessoas... Se no começo do século XVIII sua presença era constante nas espécies arbóreas da flora da Ribeira das Espinharas, a ponto de dar nome a um determinado lugar, a realidade não era mais a mesma nos anos 60 do século XX. Em um levantamento das abelhas silvestres do Seridó feito em 1963, a arapuá era uma espécie rara na fauna apícola do município de Serra Negra do Norte, denotando o desequilíbrio ecológico derivado de vários fatores que fez “minguar as condições de sobrevivência” dos meliponíneos no sertão.⁴⁹ De volta ao século XVIII, em 1735 o patriarca dos Pereira Monteiro e sua esposa, Tereza Tavares de Jesus, fizeram doação de meia légua de terra para a ereção de um templo na fazenda, cujo orago escolhido foi a Virgem Maria com o título de Nossa Senhora do Ó. Quando erigido, o templo passou a pertencer ao campo de atuação da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó (criada em 1721), que abarcava grande parte do sertão da Paraíba e Rio Grande. Entre os anos 70 e 80 do Setecentos o templo foi transposto para o lugar onde encontra-se nos dias atuais, no centro da cidade de Serra Negra do Norte,⁵⁰ propínqua ao rio por onde chegaram os sertanistas baianos ainda no século XVII. Do sertão das Espinharas direcionemos nosso olhar para outra região do Rio Grande que foi motivo de análogo interesse entre os colonos: o Acauã.

Acauã

No sertão, escutar o gemido da acauã (*Herpetotheres cachinnans*) é pensar em mau presságio. Quem escuta o estridente *acauã, acauã, acauã...*

– ruído onomatopéico que dá nome ao pássaro –, no campo ou na cidade, logo pensa num vaticínio malevolente. Quem de longe vê resplandecer sua plumagem amarelo-creme, o dorso escuro e a cauda manchada de branco, costuma dizer que a acauã é agourenta. E mais: além de “mensageira do além-túmulo” era “respeitada pelos indígenas pela sua inimizade aos ofídios”, daí se dizer que é hábil predadora de cobras. O vocábulo acauã procede do tupi *aça-uára*, “o comedor de cabeças” [de cobra]; é o mesmo que macaguá em guarani, vindo de *mocãguá*, “comedor de cabeça de cobra”.⁵¹

Essa ave falconiforme já intitulava uma determinada ribeira do sertão do Rio Grande, quando a corrida para o interior em busca de pasto para criar gado já tendia a avolumar, nos idos dos anos 70 do Seiscentos. A evidência é o pedido de data de sesmaria formulado por dona Teodósia Leite de Oliveira, Teodósia dos Prazeres e Manuel Gonçalves Diniz, moradores nas Capitânicas do Rio Grande e na de Pernambuco, dirigido a Antonio Vaz Gondim, Capitão-Mor que assistia na Fortaleza dos Santos Reis. A rogativa, feita em março de 1676, solicitava terras onde os peticionários e seus herdeiros ascendentes e descendentes pudessem acomodar seus gados vacuns e cavalares – já que não as tinham –, considerando que “de presente tem descoberto no Sertão desta capitania terras devollutas em hum Rio que se chama acauham, que nunca forão povoados nem aproveitadas por estarem em poder do gentil bravo”.⁵² Como na grande sesmaria da Ribeira das Espinharas (1670), o panorama de sertão que é montado a partir do momento em que visualizamos o documento como um relato de espaço, remete a um lugar vazio, não fosse a presença incômoda dos nativos para atravancar maiores aspirações a ver tais terras sendo lavadas pelo mijo do gado.⁵³ Isto significa dizer que os nativos, embora pudessem ser encarados como parte da natureza, representavam um elemento obstaculizador à efetiva colonização da capitania. De outra maneira, poderíamos aventar a hipótese de que os colonos percebiam, num primeiro olhar, o sertão do Rio Grande como um espaço *liso*, percepção essa que era desconstruída ao passo que a presença indígena se mostrava como um impedimento para a conquista – os índios, portanto, apresentando-se enquanto *estrias* no espaço, que deveria ser *alisado* para dar lugar à ocupação dos brancos.⁵⁴

Em 23 de março do mesmo ano a sesmaria foi posta à disposição de dona Teodósia Leite e seus companheiros de petição, através de ato assinado pelo Capitão-Mor do Rio Grande na Cidade do Natal. Tratava-se de quinze léguas de terra em quadra, que iniciavam na foz do rio Acauã e, ao que tudo indica, se estendiam às suas nascentes. As datas posteriores, inclusive do início do século XVIII, nos mostrarão que o lugar onde o Acauã derramava suas águas era o rio Piranhas! Para entender melhor essa afirmação, é necessário que molhemos nossos pés na geografia que preconiza o caminho das águas das chuvas pelos arroios, córregos e rios em direção ao Piranhas e daí ao Atlântico.

Na contemporaneidade, o lugar Baixa da Negra (município de Nova Palmeira-PB) é considerado o ponto onde nasce o rio Acauã, cujo curso superior corresponde ao rio Picuí (antigo rio Quinturará), que entra no estado do Rio Grande do Norte e, após ser penetrado pelos rios Totoró, Mulungu e Carnaúba, despeja suas águas no rio Seridó, de onde este último segue em direção ao Piranhas.⁵⁵ O rio Seridó, por outro lado, nasce no município paraibano de Cubati, entrando no sertão norte-rio-grandense pelo território de Parelhas, onde é represado pela Barragem do Boqueirão; daí em diante seu leito banha as terras de Jardim do Seridó (onde recebe o Rio Acauã), São José do Seridó, Caicó e São Fernando, onde desemboca no Piranhas, “cerca de quatro léguas ao norte da cidade”,⁵⁶ sede desta última municipalidade.⁵⁷

A leitura dos pedidos de concessão de sesmarias do fim do século XVII e início do século XVIII, contudo, indica que a percepção dos colonos dessa época era diferente em relação aos caminhos percorridos pelas águas das suas nascentes até os desembocadouros. Não queremos sustentar que os leitos passassem por trajetórias diferentes das que conhecemos, mas, que o entendimento a respeito do espaço percorrido pelo curso d'água era divergente. Assim, durante o período assinalado acima, o atual rio Seridó era considerado um afluente do Acauã; este, por sua vez, ao receber as águas do Seridó, corria ribeira abaixo até desaguar no Piranhas.⁵⁸ Sendo o Acauã o rio que banhava grande parte das terras divisadas do alto da serra da Borborema, naturalmente a ribeira ficaria sendo conhecida como Ribeira do Acauã – apesar de que alguns documentos oficiais do século

XVII façam referência, também, à palavra *Seridó* como denominadora de um lugar no sertão do Rio Grande.⁵⁹ O porquê da mudança definitiva de *Acauã* para *Seridó* em relação ao designativo da região é assunto ainda nebuloso, motivo para outra investigação.

Passados três anos, a sede de pastos para soltar os rebanhos de gado vacum ensejaria novo pedido de sesmaria na Ribeira do Acauã. Desta vez os grandes interessados eram membros da família Albuquerque da Câmara, cujo ancestral mais antigo na capitania, Jerônimo de Albuquerque Maranhão, teve intenso envolvimento nos acontecimentos que deslancharam a colonização da costa do Rio Grande, com a construção da Fortaleza dos Santos Reis e delimitação da área da “Cidade” do Natal.⁶⁰ Jerônimo foi casado com dona Catarina Feijó e, dentre outros filhos, proveio Matias de Albuquerque Maranhão.⁶¹ Senhor, como seu pai, do Engenho Cunhaú, era “Fidalgo Cavalleiro da Casa Real” e “Commendador da Commenda de São Vicente da Figueira, na Ordem de Cristo”.⁶² Foi casado com dona Isabel da Câmara, de qual consórcio: Antonio de Albuquerque Maranhão (nos documentos da Capitania do Rio Grande, Antonio de Albuquerque da Câmara), Fidalgo da Casa Real e Comendador-Mestre de Campo de Infantaria; Jerônimo de Albuquerque, religioso da Companhia de Jesus; Lopo de Albuquerque da Câmara; Pedro de Albuquerque da Câmara; Afonso de Albuquerque Maranhão; dona Catarina Simôa de Albuquerque, que casou com Luiz de Souza Furna.⁶³

Dos filhos de Matias de Albuquerque, três solicitaram terras na Ribeira do Acauã em 1679:⁶⁴ Antonio, Lopo e Pedro de Albuquerque da Câmara, além do cunhado de ambos, Luiz de Souza Furna. Diferentemente da data anterior, as terras requeridas não iniciavam no encontro do Acauã com o Piranhas, mas, tinham seu princípio na chamada Serra do Trapuá, hoje conhecida como Serra do Chapéu, que localiza-se a cerca de dez quilômetros ao sul da cidade norte-rio-grandense de Currais Novos.⁶⁵ Trapuá, trapiá ou tapiá. Ambos as palavras designam uma árvore frutífera da caatinga (*Gallesia scorododendron*, Cas.) bastante rara nos tempos de hoje, que pode chegar a até dez metros de altura e cuja casca, amarga, possui propriedades febrífugas. Seu étimo provém de *tapy-á*. “a glande, o grão, o testículo”⁶⁶ ou *tapi-á*, os grãos de entrepernas, os testículos”⁶⁷, já que a forma de seus carpos lembra a das gônadas masculinas. A serra que

tomou o nome do trapuá era o ponto de referência donde partia a medição da maior parte das terras da sesmaria, quinze léguas que acompanhavam o leito do Acauã. As outras cinco léguas restantes tinham início na mesma Serra do Trapuá em direção ao Potim Açú – semelhante denominação para o rio Potengi – estendendo-se até o território do atual município norte-rio-grandense de Cerro Corá.⁶⁸

Novo interregno: sobre índios

Da mesma maneira que nos outros textos que comentamos, o da Data de Terra nº 39 – cuja concessão foi feita em 29 de novembro de 1679, pelo Capitão-Mor Geraldo de Suni – traz a referência expressa a um dos muitos perigos, além das feras, que as escarpas do sertão escondem. Informação que fica bastante clara quando os Albuquerque Câmara anunciam que se

em algum tempo se ajam dadas as ditas terras de novo lhas dêem a elles suplicantes por devolutas como estam e per nam estarem povoadas nem aver quem athé este tempo presente (...) povoarem (...) no sertão ou *por temerem o gentio brabo* e elles ditos suplicantes as querem povoar com todo o (...) e dispendio e receberem mersê.⁶⁹ (grifos nossos)

O temor das tribos nativas é discurso recorrente nos pedidos por terras para criar gados e cultivar lavouras nos espaços mais recônditos do Rio Grande. No caso dos Albuquerque Câmara, a distância que separava a sede da capitania – a Cidade do Natal – do terreno requerido era de cinquenta a sessenta léguas, o que permitiu que sua localização ficasse mais caracterizada que um mero *sertão*. A Ribeira do Acauã era uma faixa de terra que ficava encravada numa cartografia simbólica, sem marcos definidos e cujos confins somente poderiam ser percebidos se pudéssemos ter notícia dos lugares onde as populações nativas habitavam: o “Sertam dos Tapuias ou dos Índios Canindez”.⁷⁰

Pode soar estranho se alguém tentar levar avante a idéia de que os índios Canindé estiveram pelo sertão do Rio Grande no período de contato com os colonizadores, especialmente se esse mesmo *alguém* ventilar tal afirmativa na região do Seridó, onde é opinião comum, entre a maioria das pessoas, a de que os Cariri teriam sido os seus habitantes primeiros.⁷¹

Os estudos do historiador Olavo de Medeiros Filho, entretanto, desmistificaram tal visão ao proporem uma classificação para os grupos indígenas que habitavam as antigas Capitânicas do Rio Grande e Paraíba, utilizando-se das informações prestadas pelos cronistas coloniais e dos estudos contemporâneos sobre a língua e cultura indígena, especialmente os de Tomás Pompeu Sobrinho e Carlos Studart Filho. Segundo Olavo de Medeiros Filho, duas grandes “nações” tapuia habitariam o sertão das capitânicas referidas, a Tarairiu e a Cariri (além dos Potiguara, no litoral). Os Tarairiu,⁷² que a documentação colonial aponta como tendo habitado, além do sertão do Rio Grande, outras capitânicas limítrofes, estariam representados pelos Janduí, Canindé, Pega (comumente chamados, também, de Ariá, Ariú ou Uriú), Javó, Paiacu, Jenipapo, Sucuru (chamados também de Xucuru ou Zucuru), Panati, Camaçu, Tucuriçu, Arariú e Curema, enquanto que os Cariri estariam localizados especialmente no sertão da Paraíba.⁷³

Seria perigoso, no entanto, adotarmos uma classificação tão plena para os grupos indígenas que habitavam as Capitânicas do Rio Grande e Paraíba, tanto por termos lucidez da diversidade étnico-cultural dos índios do Norte como pelo perigo que repousa em se generalizar todos os nativos que viviam no sertão como sendo “tapuia” apenas pelo fato de perambularem pelo interior e falarem línguas distintas dos Tupi. Assim sendo, não devemos descartar a hipótese de que os Cariri tenham passado pelo território do sertão do Rio Grande, embora a documentação colonial não referende esses índios no espaço citado. Além disso, a própria denominação de Tarairiu nos soa problemática.⁷⁴ Demonstra Olavo de Medeiros Filho que pelo menos três cronistas coloniais do chamado Partido Netherlandês fizeram referência aos Tarairiu como sendo os indígenas que andavam pelas brenhas do Rio Grande e eram liderados pelos *reis* Janduí ou Caracará: Elias Herckman (1639), aludindo aos *Tarairyou*; Johan Nieuhof (1682) aos *Tararijou* e Joannes de Laet (1637) aos *Tarayuck*, ambas as denominações corruptelas da palavra Tarairiu.⁷⁵

Nos anos que se seguiram ao domínio batavo, os indígenas que apareciam nas crônicas anteriormente citadas como Tarairiu, à época já liderados pelo *rei* Janduí, ficariam conhecidos pelo nome desse principal. Dessa

forma, a documentação que procede do aparelho burocrático colonial a partir dos anos de 1670/80 incluirá, entre suas linhas, diversas alusões aos Janduí, com variações lingüísticas como *Janduim* e *Jandoim*.⁷⁶ Os demais grupos indígenas seriam referidos como pertencentes ou não aos Janduí, como se depreende do trecho inicial da cópia das capitulações que fizeram entre si o Governador Geral do Brasil, Antonio Luís Gonçalves da Câmara e Canindé, *rei* dos Janduís (1692):

Em os sinco de abril deste presente anno, chegaram a esta Cidade da Bahya Joseph de Abreu vidal, Tio do Canindé Rey dos Janduins, Mayoral de tres Aldeas sugeitas ao mesmo Rey; e Miguel Pereira Guarejú Pequeno, Mayoral de tres aldeias sugeitas tambem ao mesmo Caninde; e com elles o Capitão João Paes Floriam Portuguêz, em nome de seu sogro putativo, chamado Neongugê; Mayoral da sua Aldea sucurú da mesma nação Janduim, e cunhado reciproeo do dito Rey Canindê, a cuja obediência, e poder absoluto está sugeita toda a nação Janduim (...).⁷⁷

Como podemos observar no documento citado, era Canindé, filho do *rei* Janduí – tão conhecido das crônicas holandesas – quem comandava os Janduí quando das pazes firmadas com a Coroa, ao qual estavam subordinados outros *maiorais*, que, por sua vez, lideravam suas aldeias. A observação do olhar europeu sobre as sociedades indígenas do sertão através dos documentos coloniais a que nos referimos, nos dá a conhecer que alguns grupos eram conhecidos pelo nome de seu chefe, citado nos textos como *rei*, *principal* ou *maioral*. É o caso dos próprios Janduí, dos Canindé e dos Pega. É possível que, no caso dos Janduí, esse título funcionasse como uma espécie de atributo simbólico dado ao *principal* do grupo, pelo qual eram chamados todos os índios que ocupassem esse lugar de destaque, tal como ocorria, guardadas as devidas proporções, na América Andina.⁷⁸ Poderíamos argumentar a favor disto citando a longa idade que esses indígenas poderiam alcançar⁷⁹ e o fato de o *rei* Janduí⁸⁰ aparecer na documentação em diferentes contextos, ora ao lado dos portugueses, ora dos franceses e holandeses.⁸¹ No entanto, é preciso ter reserva ao se falar de temática tão complexa, visto que muitos dos etnônimos que chegaram até nós foram denominações dadas pelos europeus aos povos indígenas. Os Tarairiu, por exemplo, se autodenominavam *Otshicayaynoe*.⁸²

De volta ao Acauã

Quase três meses passados da doação de data de terra aos Albuquerque Câmara e novamente o Capitão-Mor do Rio Grande se via às voltas com mais um rogo de colonos em favor de campos na Ribeira do Acauã onde fosse possível criar gados e, com isso, sustentar suas famílias. Referimo-nos às pessoas do Tenente de Cavalos Antonio Gonçalves Cabral, Antonio de Azevêdo Cabral, Pascoal Pereira de Lima, Antonio Moreira e Antonio da Fonseca, moradores na capitania, que requeriam no mês de fevereiro de 1680 trechos da ribeira considerados devolutos e desaproveitados. Esses segmentos territoriais ficavam nas testadas das sesmarias anteriores de Luiz de Souza Furna e companheiros e de Simão de Góis e colegas de petição, sendo vinte léguas de terras, com os fundos cabíveis, “correndo pêra parte que melhor lhes estiver”,⁸³ desde que

medino sohmente as terras que tyverem pastos e agoas para poderem criar gados, deixando se atraz todas as que não servirem como tambem lhes fazer mercê comçeder as sobras que na dita data ouver e assim mais as sobras das datas de Luiz de Souza furma e seus Companheiros e de Simão de gois e seus Companheiros⁸⁴

Observando o texto do requerimento supra, podemos perceber o quanto os solos banhados pelo Acauã eram cobiçados por colonos ávidos por instalar-se no sertão com seus rebanhos e, talvez, famílias. Não podemos nos esquecer de que os pedidos pelos quais estamos passeando nesse texto são os que chegaram até à contemporaneidade ilesos, já que sesmarias são referidas pela historiografia, e mesmo em outras datas, mas seu registro oficial não mais subsiste.⁸⁵ Além do que, no caso das datas de terra anotadas e conservadas nos arquivos públicos, trata-se de registro oficial – incluindo petição, informação do provedor real, concessão e confirmação régia –, condição para que o instrumento jurídico da sesmaria se concretizasse. Longe de passar pelo rebuscado caminho da burocracia colonial até conseguir uma sesmaria, muitos colonos simplesmente passaram a ocupar porções de terras vazias ou desaproveitadas, que por vezes faziam parte de grandes propriedades com concessão oficial e que não tinham sido devidamente povoadas. Tornaram-se *posseiros*, senhores de pequenos ou médios domínios dedicados à pastorícia e à lavoura de subsistência, alguns dos

quais, em anos posteriores ao assenhoreamento, acabavam sendo regulamentados pela concessão de data de sesmaria.⁸⁶

Uma dessas sesmarias que não ficou registrada nos livros competentes da Capitania do Rio Grande foi requerida novamente pelos Albuquerque Câmara, desta vez em 1684. A carta de data com a concessão chegou até nós graças aos mais antigos proprietários da fazenda Ingá (hoje, em território municipal de Acari-RN), situada na Ribeira do Acauã. Estes conservaram o documento e o pensaram na primeira demarcação conhecida do “Sítio Ingá, no Sertão do Seridó”, que aconteceu em 1772.⁸⁷ Nesse ano, provavelmente, as águas do Acauã e de seus afluentes favoreceram a sobrevivência de grandes e pequenos proprietários de terra e de suas famílias na ribeira, se considerarmos que a crônica das secas escrita por Manuel Antonio Dantas Corrêa aponta estiagem no sertão do Rio Grande apenas nos anos 23-24, 44, 66, 78 e 91-93 do século XVIII.⁸⁸

De regresso aos anos 80 do século XVII, a situação se fazia diversa. Os irmãos Albuquerque Câmara e o cunhado Souza Furna vinham povoando com gado o “certão de Acauhão, onde habita a nação do Tapuya Caninde, e Janduí, confrontadas com a serra trapua”,⁸⁹ porém, tais boiadas não estavam acomodadas com fartura e agrado. Se antes a paisagem sertaneja tinha estado verde pela pujança das árvores, arbustos e cipós, o panasco e o mimoso tinham secado, deixando o gado quase exaurido pela falta de uma forrageira de fácil acesso como o capim. Além disso, arrebentara no ano anterior (1683), nas ribeiras do sertão do Rio Grande, uma série de conflitos envolvendo os índios Tarairiu – especificamente os Janduí, Canindé e outros grupos tidos como “tapuia” –, que resistiam brutalmente contra a progressiva onda de expansão dos colonos e, por conseguinte, do gado. Acontecimentos que ficaram conhecidos, nos documentos oficiais da época e na historiografia, como Guerra dos Bárbaros.

No decurso dessa guerra, duas pequenas fortificações foram erguidas no solo do sertão do Rio Grande, com o objetivo de proteger os colonos – e as tropas militares enviadas em socorro – dos ataques dos indígenas. Uma na confluência do Rio das Espinharas com o Piranhas, entre os atuais municípios de Serra Negra do Norte e Jardim de Piranhas, onde ficou hospedado Domingos Jorge Velho e seu séquito.⁹⁰ A outra, conhecida como Casa Forte do Cuó (já edificada em 1683), ficava localizada às margens do então Rio Acauã (hoje, Seridó), em terras que hoje pertencem ao município de Caicó.⁹¹

Na Casa-Forte do Cuó ficaram abrigados sucessivos terços militares⁹² enviados pela Coroa para o combate aos índios revoltados, como as do Coronel Antonio de Albuquerque da Câmara a partir de 1687 (co-proprietário da data de sesmaria da Ribeira do Acauã) e posteriormente do Mestre-de-campo do Terço dos Paulistas, Domingos Jorge Velho.⁹³ Também as tropas do Coronel Jerônimo Cavalcanti de Albuquerque e do Capitão-Mor Afonso de Albuquerque Maranhão estiveram alojadas na mesma casa-forte.⁹⁴

Em meio a esse clima ressequido e de instabilidade, os Albuquerque Câmara tinham *descoberto*, à custa de muito trabalho e de dispêndio na luta contra os indígenas, “algumas partes e paragens, onde há alguns posos de agoa de que não tem certesa se são duraveis pela sabida falta que dellas há no dito certão por não haverem rios correntes, por secarem logo com os verões como he notorio”.⁹⁵ Em tempos de estiagem, portanto, achar qualquer local que pudesse recolher o precioso líquido caído das chuvas no inverno significava ter um reservatório certo para o futuro. Tanques cavados na rocha pela ação das torrentes, cavidades situadas no despejo de cachoeiras, remansos, lagoas e olhos d’água são exemplos desses locais privilegiados para o homem e os animais quando a seca atingia o sertão. Em se tratando do pedido formulado em 1684, os sesmeiros solicitavam às autoridades coloniais doze léguas de terra na Ribeira do Acauã em solos anexos aos seus domínios anteriores, quer fossem por estar devolutos, quer por constituírem-se *sobras*. Parece até mesmo um grito de angústia o insistente pedido a El-Rei, por meio do Capitão-Mor do Rio Grande, de chãos no sertão do Rio Grande para o alojamento dos rebanhos, como se depreende do texto da sesmaria:

portanto pedem elles suplicantes a Vossa Mercê lhes conceda de novo se necessário, em nome de Sua Magde. que Deos goarde ou por sobras ou por devolutas quando assim se julgue, *porque de toda sorte lhes vem a pertencer por haver, tempos tem povoado este dito certão e vão povoando com quantidade de gados e hão de hir metendo muyto mais achando agoas*, e outro si pedem em nome do dito Snr. que as ditas doze legoas as posao tomar como melhor lhe parecer, e como der e ainda sobradas com todos os mais logradouros até intestarem por qualquer das partes como os que tiverem povoado assim na jurisdição e repartição desta Capitania com a da Parahyba, *pela falta de*

agoas e como já concedido lhes tem na data de terras de que estão de pose, ficando-lhe sempre de dentro as tais confrontações para nellas se inteirarem, e outro si as agoas já descobertas, e as mais que se forem descobrindo que em tal caso lhes pertencer por devolutas e desaproveitadas com os mais pastos e logradouros⁹⁶ (grifos nossos)

Percebemos, dessa forma, que a carência de águas no sertão era um dos fortes argumentos para justificar a concessão das terras, bem como o fato de os sesmeiros já virem povoando esses chãos com gados,⁹⁷ o que significava que novas pastagens – de preferência, com aguadas – deveriam ser buscadas. Essas aguadas tiveram seus nomes incluídos no documento em que a família Albuquerque Câmara requereu as sobras no rio Acauã, ribeira cujos próprios lugares tinham denominações na língua do “gentio”: Quacari, Quinobico, Quimtorore, Norbico Amoreona, Coxi, Asinu, Poro, Quindureré, Quindé, Arari, Ditre, Echotanquiri, Araridu (serra), Papuiuré, Ticoigi e Tipui. Mais que as próprias condições de lugar inóspito, impenetrável e seco, o sertão apresentava outra barreira a ser transposta, a das línguas dos nativos: os dezessete pontos anotados na sesmaria conservam os nomes com que os índios os chamavam, donde podemos pressupor que, até certo ponto, houve convivência de todo não tempestuosa entre os dois mundos, o ocidental e o nativo – pelo menos, no período anterior à chegada das bandeiras paulistas.

Pouco a pouco, entretanto, esse *sertão* começava a ser traduzido, considerando que algumas das aguadas já tinham suas versões na língua portuguesa: *Ditre* significava serra vermelha; *Papuiuré*, água de cágados; *Ticoigi*, água de pombas, e *Echotanquiri* era a versão “tapuia” do vocábulo tupi *jucurutu*. A maioria dos termos listados no parágrafo anterior, à exceção dos que têm equivalentes na língua portuguesa, nos soam um pouco estranho. Decerto faziam parte da grande quantidade de línguas faladas pelos índios do sertão, nos escapando seu significado real. Ousamos aventar possíveis sentidos para duas dessas palavras, considerando a proximidade grafológica com nomes de lugares que perduram nos dias de hoje, situados na bacia hidrográfica do rio Acauã. O vocábulo *Acari* – que hoje designa cidade e município banhado pelo rio Acauã – poderia ser uma corruptela de *Quacari*, já que corresponde a um “peixe d’água doce, cascudo e reoncador (*Loricaria plecostemus*)”,⁹⁸ que possui variações como cari,

“*guacari*, *cuacari*” (grifos nossos),⁹⁹ muito embora proceda do tupi. Da mesma forma, a palavra *Quinturaré* (rio que banha a cidade de Picuí-PB, nas cabeceiras do Acauã) poderia ser uma corruptela de *Quindureré* ou mesmo de *Quimtorore*, que constam no documento supra. Essas sobras na Ribeira do Acauã seriam as últimas terras doadas pelo Capitão-Mor da Fortaleza dos Santos Reis, no final do século XVII, a colonos que quisessem ocupar o sertão do Rio Grande.

Epílogo: Freguesia de Santa Ana do Seridó

Pouco a pouco, com o correr dos anos de 1700 em diante, a resistência indígena cessaria no sertão do Rio Grande, não prosseguindo em função de milhares de mortes em massacres pungentes, da assinatura de diversos tratados de pazes com a Coroa Portuguesa e mesmo da reduzida quantidade de índios, muitos dos quais aldeados em missões sob o auspício de religiosos de diversas ordens. Possivelmente ranchos e outras edificações devem ter surgido no derredor da antiga Casa-Forte do Cuó e Capela da Senhora Santa Ana, o que ensejou a fundação de um arraial em 1700 – atendendo aos desejos do Senado da Câmara do Natal¹⁰⁰ – que seria elevado a povoação em 1735. Um terreno plano nas proximidades do Acauã também faria surgir pequenos ranchos a partir dos anos 20 do século XVIII, cujo sítio ficaria sendo chamado de Acari em função da grande porção desses peixes locariídeos encontrados nos poços do rio e onde seria erguida, em 1738, uma capela dedicada a Nossa Senhora da Guia. Antes disso, fiéis já se aglomeravam em torno de capelas surgidas na Ribeira do Piranhas, dedicada a Nossa Senhora dos Aflitos (já de pé em 1710) e na Ribeira das Espinharas, em honra a Nossa Senhora do Ó (1735).

Essas manchas populacionais, onde conviviam índios, brancos, negros escravos e mestiços, estavam subordinadas, desde o ano de 1721, à Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso, do Piancó. Seu florescimento, ao passo que as fazendas de criar gado também se multiplicavam até mesmo nas áreas mais distantes, alterou profundamente o ecossistema do sertão – sobre o qual se arquitetou, paulatinamente, uma nova paisagem. São as palavras de um geógrafo que afirmam, em tom de ligação afetiva com a terra, que

as novas famílias, buscando outras fazendas, as heranças, e as partilhas, o alargamento das roças, o fogo para eliminar os espinhos, o aumento dos rebanhos, significaram uma expansão biológica em meio físico estático. Como consequência, a terra seca foi sofrendo um desgaste no seu potencial de recursos naturais: o pé do homem, o boi, o machado e o fogo abriram a brecha para a diminuição da flora, da fauna e do solo com o apressamento da erosão.¹⁰¹

Os *lenhos* seriam desmatados para transformarem-se em *lenha*, caibros e ripas para a edificação de casas, a princípio de taipa e depois de alvenaria; do barro retirado da terra se faziam telhas e tijolos; tatus, rolinhas, ribaçãs, capivaras e outros animais seriam largamente consumidos como caça pelas populações que se instalaram nas ribeiras; com a vinda da seca, os rios seriam represados em barragens de pedra-e-cal, na tentativa de armazenamento da água quando a invernada sobreviesse.

O sertão estava mudado. Melhor dizendo, a percepção cultural sobre a natureza construída pelo olhar dos sesmeiros do século XVII daria lugar, do ano de 1701 em diante, a representações mais íntimas da fauna e da flora. A sensação de maravilhamento que aparecia nas sesmarias mais remotas, manifestada pelo temor aos nativos, pouco a pouco ia dando lugar a um conhecimento intuitivo e imediato do sertão, possibilitado pela vivência dos colonos nesse espaço. Como se o ignoto, impenetrável e inóspito de outrora, já oferecesse mais possibilidades de conhecimento, seja dos animais que o habitavam, seja das plantas que compunham suas ribeiras, o que nos leva a pensar em sensações de deslumbramento face a um espaço despovoado de índios. Evidência desse deslumbramento é o fato de que, avançando pelo século XVIII, os pedidos de terra cresceram vertiginosamente em número, tanto nas Espinharas quanto no Acauã, nas Piranhas, no Seridó ou no Sabugi, havendo, inclusive, uma maior precisão no que diz respeito à localização dos lugares a serem ocupados nas ribeiras. Nesses pontos era presença constante, também, nomes de animais e plantas enquanto topônimos, muitos dos quais atualmente desaparecidos. Valhacoutos e esconderijos de índios resistentes ainda se faziam presentes em meio às sesmarias que iam sendo povoadas com o rastro do gado e do homem branco, indicando que o expurgo pretendido pela Coroa Portuguesa não tinha sido *total*, dele escapando sobejos nos altos das serras.¹⁰²

Se a natureza era enigmática e nebulosa nos textos das sesmarias do século XVII, onde se mencionava o *sertão*, vasto por suas extremas ocupadas pelo *gentio bravo*, nas primeiras décadas do século XVIII as serras, rios e matas tornar-se-iam perceptíveis pela sua incorporação a uma *paisagem colonial*. As evidências da emersão dessa paisagem colonial irão revelar-se quando os percursos feitos pelos diferentes grupos sociais no sertão instituírem determinadas demarcações, que podemos visibilizar nas cartografias político-administrativas (os arraiais, povoados e posteriormente vilas) e eclesiásticas (as freguesias). Exemplar, nesse sentido, é a demarcação feita pelo vigário Manuel Machado Freire, em visita ao Piancó no dia 15 de abril de 1748, quando estabeleceu os limites da nova freguesia então criada, a da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó. Estes, na impossibilidade de serem assentados em marcos mais exatos, baseavam-se no curso natural dos rios, agregando duas ribeiras: a das Espinharas, das suas nascentes até a foz – de onde uma linha imaginária era percorrida até atingir os limites da Freguesia de São João Batista do Açu e a “Ribeira do Seridó, suas vertentes e todas as mais que desta parte correm para o dito Rio de Piranhas”.¹⁰³ Seridó, Piranhas, Acauã, Espinharas e Sabugi, rios cujo entorno foi concentrando a população colonial a partir do século XVIII, estavam, portanto, inclusos nessa cartografia da fé, cujos contornos contribuiriam decisivamente para a definição da região conhecida, atualmente, como Seridó.

Notas

¹ A Povoação do Caicó corresponde, nos dias atuais, à cidade de Caicó, sede do município de mesmo nome e um dos pólos econômicos da região do Seridó. Espaço habitado por grupos indígenas Tarairiu no momento em que chegaram os colonizadores brancos, o seu surgimento deu-se a partir do contexto da resistência nativa à expansão da fronteira da pastorícia no decurso da segunda metade do século XVII, quando foi erigida uma casa-forte (apontada pela documentação com as denominações de Casa-Forte do Cuó ou Casa-Forte do Seridó). Com a diminuição dos conflitos ergueu-se um templo católico em 1695 – dedicado à Santa Ana –, o que indica que o lugar, mesmo durante as lutas entre índios e os terços militares, tornou-se ponto de afluência de pessoas que passavam pelo sertão deflagrado. Cinco anos após (1700) fundou-se o Arraial do Caicó nesse mesmo espaço, que foi elevado à condição de Povoação em 1735. Somente em 1788 a Povoação do Caicó passaria a ser um território municipal autônomo, quando ganhou os foros de vila, com o título de Vila Nova do Príncipe. Conforme FILHO, Olavo de Medeiros.

Índios do Açú e Seridó, 1984, p. 141-50; MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Os Documentos do Cartório de Pombal -PB e sua importância para o entendimento da História Colonial do Sertão do Rio Grande do Norte*, p. 7-9, 2004.

² A condição reclamada pelo casal para a residência do padre nas terras doadas era a de que o ministro da igreja não deveria nelas criar gado vacum e cavalar, mas, tão somente algumas cabras para o seu passar. Conforme MONTEIRO, Eymard L'Eraistre. *Caicó: subsídios para a história completa do município*, 1945, p. 33-4.

³ O termo sertão foi sendo construído, desde os cronistas coloniais, para designar os espaços afastados do litoral, continentais, portanto, e povoados de selvagens, em oposição ao litoral açucareiro e barroco. Na opinião de SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. *Nas solidões vastas e assustadoras: os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII*, p. 189, 2003, "A palavra sertão parece ser um termo oriundo de deserto, de deserto: Não o deserto físico, mas o espaço onde há um vazio de súditos da Coroa Portuguesa". A partir de agora, entretanto, quando nos referirmos a sertão do Rio Grande, estaremos nos reportando à porção centro-meridional do estado do Rio Grande do Norte, hoje conhecida como Sertão do Seridó, a qual, durante o Período Colonial, fazia parte do território da antiga Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó.

⁴ Naquele dia iniciaram, também, os trabalhos de construção do templo dedicado à patrona da freguesia, que já se encontrava concluído, pelo menos, em 1785. Conforme MONTEIRO, Eymard L'Eraistre. *Caicó: subsídios para a história completa do município*, 1945, p. 35: "Em 1785 ela já existia como se conclue de um documento de doação de umas terras a Sant'Ana, desta época, que diz assim: 'Saibam quantos este publico instrumento de escritura de doação virem que sendo no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e oitenta e cinco, aos 23 dias do mês de Agosto do dito ano... naquele lugar da Povoação de Caicó, possuem (os doadores) um sitio de terras de criar gados, onde se acha erecta a Matriz da Senhora Santa Ana da Freguesia do Caicó...'"

⁵ Conforme MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Desvendando o passado índio do sertão: memórias de mulheres do Seridó sobre as caboclas-brabas* (2005).

⁶ Conforme LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*, 2003, p. 153.

⁷ Essa genealogia dos municípios do Seridó encontra-se nos tópicos específicos de cada um dos lugares descritos por CASCUDO, Luís da Câmara. *Nomes da Terra: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte* (1968).

⁸ Aqui estamos utilizando as obras de AUGUSTO, José. *Seridó* (1954); DANTAS, José Adelino. *Homens e fatos do Seridó Antigo* (1962); DANTAS, Manoel. *Homens de Outr'ora* (1941) e LAMARTINE, Juvenal. *Velhos Costumes do Meu Sertão* (1965).

⁹ A respeito da presença holandesa no Rio Grande (1633-1654), verificar MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Os holandeses na Capitania do Rio Grande* (1998).

¹⁰ Conforme CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*, p.199-217, 2001. Interessante discussão a respeito de como o espaço vem sendo apropriado e problematizado pelas diferentes correntes geográficas pode ser encontrada em CORRÊA,

Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Geografia: conceitos e temas*, 1995, p. 15-47.

¹¹ Conforme SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*, p. 13-30, 1996.

¹² Conforme WORSTER, Donald. *Para fazer história ambiental*, p. 198-215, 1991.

¹³ Conforme DRUMMOND, José Augusto. *A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*, p. 177-97, 1991.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Conforme LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*, p. 27-88, 2003.

¹⁶ Gaspar Barléu publicou História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil, sob o Governo de João Maurício, Conde de Nassau (1641); George Marcgrav, em 1648, a História Natural do Brasil; Johan Nieuhof, em 1682, a Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil e Guilherme Piso, em 1658, a História Natural e Médica da Índia Ocidental. Conforme MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açu e Seridó*, p. 17-9, 1984.

¹⁷ A Lagoa de Macaguá era formada, na estação das chuvas, entre a foz do atual Rio Picuí e a garganta do Gargalheiras, no Rio Acauã. A Serra de Macaguá ou da Acauã, atualmente, é conhecida como Serra de Santana. Ela aparece no século XVII com essas denominações, já que os dois vocábulos, no Guarani e no Tupi, respectivamente, designam a ave falconiforme, comedora de cobras e agourenta por seu canto triste e sombrio. Conforme TEENSMA, Benjamin. *O diário de Rodolfo Baro (1647) como Monumento aos Índios Tarairiu do Rio Grande do Norte* (1998). MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Os holandeses na Capitania do Rio Grande*, p. 12, 1998, entretanto, acredita que a permanência de Rodolfo Baro deva ter acontecido na “aldeia principal do ‘rei’ Janduí, situada no local hoje ocupado pela cidade do Açu-RN”.

¹⁸ Publicada no Brasil com o título *Relação da viagem ao País dos Tapuias*, junto com a *História das últimas lutas no Brasil entre portugueses e holandeses*, de Pierre Moureau. Conforme MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açu e Seridó*, p.18, 1984.

¹⁹ Tomamos o uso do termo ocidental em seu sentido cultural. Para tanto, nosso entendimento parte da premissa discutida pelo historiador GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço* (2001) de que a Ocidentalização corresponde à empreitada da “Europa ocidental, no rastro de Castela, a fazer a conquista das almas, dos corpos e dos territórios do Novo Mundo” (p. 63). Trata-se do primeiro movimento de globalização dos imaginários do Velho Mundo, na busca de novos territórios onde as instituições ocidentais deveriam ser, via de regra, reproduzidas. Para um entendimento melhor sobre a Ocidentalização na América, consultar GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*, p. 93-110, 2001.

²⁰ O nome tradicionalmente usado para nomear os movimentos de resistência indígena ao avanço da colonização no Norte Colonial é “Guerra dos Bárbaros”. PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720* (1998), enxerga esse movimento como tendo ocorrido em várias partes do sertão, sem lideranças formais, seja no Recôncavo, seja no Açu e ribeiras afluentes, daí tratá-lo não como uma “guerra”, mas, como “Guerras” dos Bárbaros. Sobre a Guerra dos Bárba-

ros consultar, ainda, TAUNAY, Afonso E. *A Guerra dos Bárbaros* (1995); PIRES, Maria Idalina da Cruz. *Guerra dos Bárbaros: resistência e conflitos no Norte Colonial* (1990).

²¹ Sobre a instituição do regime de sesmarias na América Portuguesa, as adaptações da legislação metropolitana na colônia e a presença constante dos posseiros, verificar LIMA, Ruy Cirne. *Pequena História Territorial do Brasil: Sesmarias e Terras Devolutas* (1991); SILVA, Lígia Osório. *A 'questão da terra' e a formação da sociedade nacional no Brasil* (1996); DINIZ, Mônica. *Sesmarias e posse de terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira* (2005). Especificamente para o Rio Grande do Norte, ver MONTEIRO, Denise Mattos. *Terra e trabalho em perspectiva histórica* (1999).

²² Conforme TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Pecúária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil-Colônia*, p. 123, 1997.

²³ Nesse meio-tempo também se verificou, amplamente, o simples apossamento de terras devolutas ou incultas por posseiros, sem passar pelo crivo da intrincada burocracia colonial. Conforme SILVA, Lígia Osório. *A 'questão da terra' e a formação da sociedade nacional no Brasil*, p. 36, 1996.

²⁴ Conforme LIMA, Ruy Cirne. *Pequena História Territorial do Brasil: Sesmarias e Terras Devolutas*, p. 42, 1991.

²⁵ Mapa das Capitâncias Hereditárias do artista português Luís Teixeira (1574), citado por MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*, p. 18, 2000.

²⁶ Hoje, município de Campina Grande-PB.

²⁷ Hoje, município de Pombal-PB.

²⁸ Conforme SEIXAS, Wilson. *O velho Arraial de Piranhas (Pombal)*, p. 19-24, 1961.

²⁹ Traslado da Data da ribeira das Espinharas aos Oliveiras em 1670 a qual não é confirmada nem demarcada.

³⁰ Traslado da Data da ribeira das Espinharas aos Oliveiras em 1670 a qual não é confirmada nem demarcada.

³¹ Documentos do antigo Cartório de Notas de Pombal-PB dão conta dos contatos mais antigos, até onde se tem conhecimento, de índios e brancos no sertão do Rio Grande. O primeiro desses textos, que foi copiado em 15 de janeiro de 1650 de um original relata a primeira visita os portugueses ao “territorio interiorano inclusivi o Valle Sirido//”, em 1545. Se por um lado esse documento rompe com os conhecimentos de que dispomos sobre a história da Capitania do Rio Grande – até mesmo pela longevidade onde está situado –, levando-nos à desconfiar do seu teor, por outro, os topônimos aqui citados nos são bastante conhecidos. A começar pelo nome Seridó, seguido do Boqueirão do Cuó, Riacho de Carnaubas, Queiqué e Píancó, que ainda persistem na região. Acreditamos, junto com o historiador Olavo de Medeiros Filho, que o Boqueirão do Cuó seja o atual Boqueirão, nominador de acidente geográfico e barragem no município de Parelhas-RN. Conforme MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açu e Seridó*, p. 141, 1984. O Riacho de Carnaubas poderia ser o Rio Carnaubá (em Carnaubá dos Dantas-RN) ou os riachos de mesmo nome que existem nos municípios de Serra Negra do Norte, Caicó e Parelhas. Conforme CASCUDO, Luís da Câmara. *Nomes da Terra: história, geografia e*

toponímia do Rio Grande do Norte, p. 80, 1968. O Queiquó deve se tratar do atual Rio Seridó, que anteriormente também foi chamado de Acauã, cuja nomenclatura discutiremos adiante e Piancó o designativo do rio de mesmo nome, que corta o estado da Paraíba. Toponímia á parte, o que nos interessa saber é que o escrito aludido menciona em tão distante época a presença de “tapuyos jundoins” no interior. Conforme MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Quando o Sertão se descobre: os documentos pombalenses e a redescoberta da História do Seridó Colonial*, p. 19, 2000; MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Notas para a história do Rio Grande do Norte*, p. 86, 2001. Um outro documento do Cartório de Pombal relata, por seu turno, a demarcação do Riacho de Carnaúbas, em 1613, que acreditamos tratar-se do atual Rio Carnaúba, em Carnaúba dos Dantas-RN, pela presença de topônimos regionais (Quinturará, Bico da Arara, Serra do Piauí, Rio Acauã, Marimbondo, Rajada, Sítio Acari, Ermo, Boqueirão do Picuí) localizados espacialmente da mesma forma que nos dias atuais. Possuíam terras no Riacho de Carnaúbas, à época, além de Cosme Francisco de Bourbon (português), Luís Gomes, os reis Janduú, Canindé e Pecarroy, principais dos grupos Janduú, Canindé e Pega, respectivamente. Aparecem, ainda, como possuidores de terra, os negros Firmino, Antonio, Roberto e Jerela, escravos do Capitão-Mor de Ordenanças Filipinas Antonio de Meio Castro Ribeiro. Observando os relatos de 1545 e 1613, nos questionamos sobre quais as razões da presença de portugueses junto aos nativos no sertão em época tão pretérita, até mesmo pelo fato de a historiografia estadual nunca ter se referido a tal. Decerto não se tratava de uma ocupação sistemática, e poderíamos arriscar que essas incursões se deram na tentativa de encontrar metais preciosos para saciar a fome metalista da Coroa Portuguesa. Essa documentação aqui citada foi copiada de um antigo livro existente no Cartório de Pombal-PB pelo historiador paraibano Irineu Ferreira Pinto e chegou às mãos do Bispo Dom José Adelino Dantas, em cujo acervo encontramos tais cópias. O mais provável é que tais documentos estivessem transcritos no 1º Livro de Notas de Pombal, que ia de 1712 a 1719. Conforme MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Quando o sertão...* (p. 20); MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Notas...* (p. 87-90)

³² Traslado da Data da ribeira das Espinharas aos Oliveiras em 1670 a qual não é confirmada nem demarcada.

³³ Conforme CASCUDO, Luís da Câmara. *Nomes da Terra: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte*, p. 71-2, 1968.

³⁴ Traslado da Data da ribeira das Espinharas aos Oliveiras em 1670 a qual não é confirmada nem demarcada.

³⁵ Perder o ferro é expressão popular utilizada no sertão para demonstrar a situação de “dizimação completa do rebanho, dele não restando nenhuma cabeça – semente – com que se possa recomençar a criação”. Conforme FARIA, Oswaldo Lamartine de, e AZEVÊDO, Guilherme de. *Vocabulário do criatório norte-rio-grandense*, p. 75, 1997.

³⁶ Conforme LAMARTINE, Juvenal. *Velhos Costumes do Meu Sertão*, p. 13, 1965.

³⁷ Conforme SAMPAIO, Teodoro. *O Tupi na geografia nacional*, p. 302, 1987.

³⁸ Conforme FELIPE, José Lacerda Alves, e CARVALHO, Edilson Alves de. *Atlas escolar do Rio Grande do Norte*, p. 32, 1999.

³⁹ Conforme CASCUDO, Luís da Câmara. *Nomes da Terra: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte*, p. 115, 1968.

⁴⁰ Livro nº 02 de registro de enterros da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (1812-1838), reg. nº 1127, p. 131.

⁴¹ Livro nº 02 de registro de enterros da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (1812-1838), reg. nº 1223, p. 144.

⁴² Conforme CASCUDO, Luís da Câmara. *Nomes da Terra: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte*, p. 257, 1968.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Serras Negras, segundo MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Cronologia Seridoense*, p. 34, 2002, é denominação homônima, no Período Colonial, para a atual Serra de Santana – em cuja chã situa-se o município de Lagoa Nova-RN –, que também aparece em documentos coetâneos como Serras Azuis.

⁴⁵ Conforme CASCUDO, Luís da Câmara. *Nomes da Terra: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte*, p. 258, 1968. DANTAS, Manoel. *Homens d'Outrora*, p. 98-9, 1941, expõe uma origem outra para o topônimo Serra Negra. Viria de uma escrava que foi enforcada em ato de suicídio: “A serra ficou então mal-assombrada: uns ouviam, nas noites enluaradas, em dias de sexta-feira, gritos lancinantes junto à árvore do enforcamento; outros afirmavam que, às vezes, pousava na árvore um grande pássaro, de azas brancas, a cabeça com uma forma humana, brilhando como um resplendor.” Juvenal Lamartine, por sua vez, afirmava que a origem do nome da montanha vinha de uma “escrava negra do velho Manoel Pereira Monteiro, o do Século XVIII, devorada por uma onça quando apanhava lenha na serra”. Citado por CASCUDO, Luís da Câmara. *Nomes da Terra: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte*, p. 258, 1968.

⁴⁶ Conforme MONTEIRO, Vergniaud Lamartine. *Monografia de Serra Negra do Norte*, citada por MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhas Famílias do Seridó*, p. 264, 1981.

⁴⁷ Escritura de venda do sítio Irapuá que fazem Teodósio de Oliveira Lêdo e esposa dona Cosma Tavares Leitão a Manoel Pereira Monteiro, incluída na “Divisão dos Sítios Arapuá e Conceição” (1851), presente no Acervo do Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC).

⁴⁸ Conforme SAMPAIO, Teodoro. *O Tupi na geografia nacional*, p. 199, 1987.

⁴⁹ Conforme LAMARTINE, Oswaldo. *Sertões do Seridó*, p. 108, 1980.

⁵⁰ Luís da Câmara Cascudo, citado por MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhas Famílias do Seridó*, p. 264, 1981.

⁵¹ Conforme SAMPAIO, Teodoro. *O Tupi na geografia nacional*, p. 190-1; 274, 1987.

⁵² Carta de Data e Sesmaria pello Cap^am. Mor Antônio Vaz Gondim a Dona Theodozia Leite de Oliveira e outras pessoas, no rio Acauham (Data e Sesmaria nº 30 da Capitania do Rio Grande).

⁵³ Detalhe a ser anotado é que a sesmaria das Espinharas (1670) foi solicitada na Bahia de Todos os Santos, especificamente na Cidade do Salvador, enquanto a Data nº 30 teve seu pedido formulado na Fortaleza dos Santos Reis, localizada no litoral norte da própria

Capitania do Rio Grande. Essa informação nos leva a deduzir que a representação mental sobre o sertão era mais ou menos correlata nas sedes das capitanias do Norte.

⁵⁴ Espaço liso e espaço estriado são conceitos problematizados por DELEUZE, Gilles . 1440 – o liso e o estriado. In: DELEUZE, G. & GUATARRI, Félix, *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (1997), de quem tomamos emprestado para comparar com os espaços objetivados pelos colonos no século XVII.

⁵⁵ Conforme MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Cronologia Seridoense*, p. 35, 2002.

⁵⁶ Conforme MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açu e Seridó*, p. 105, 1984.

⁵⁷ Conforme FELIPE, José Lacerda Alves, e CARVALHO, Edilson Alves de. *Atlas escolar do Rio Grande do Norte*, p. 34, 1999.

⁵⁸ A primeira proposição que conhecemos a respeito dessa inversão do entendimento hidrográfico dos rios Seridó e Acauã foi formulada por MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açu e Seridó* (1984), baseado no exame das sesmarias dos séculos XVII e XVIII cujos territórios correspondem, atualmente, à região do Seridó potiguar ou paraibano. Essa assertiva foi posteriormente reproduzida em *Cronologia Seridoense* (2002).

⁵⁹ E, de modo ambíguo, à “serra da Cahã do rio Sirido” (1699), à “capela da Sr^a Santanna do Cahã sirido” (1699). Conforme MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Quando o Sertão se descobre: os documentos pombalenses e a redescoberta da História do Seridó Colonial*, p. 20-2, 2000. Provavelmente por essa época já havia hesitação em se denominar a região de Acauã ou Seridó.

⁶⁰ A respeito da conquista do litoral do Rio Grande e da participação de Jerônimo de Albuquerque consultar LIRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*, p. 27-47, 1982; POMBO, Rocha. *Historia do Estado do Rio Grande do Norte*, p. 37-51, 1922; CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*, p. 15-34, 1984.

⁶¹ Conforme FONSECA, Antonio José Victoriano Borges da. *Nobiliarchia Pernambucana – v. I*, p. 9, 1992.

⁶² Conforme FONSECA, Antonio José Victoriano Borges da. *Nobiliarchia Pernambucana – v. I*, p. 11, 1992.

⁶³ Conforme FONSECA, Antonio José Victoriano Borges da. *Nobiliarchia Pernambucana – v. I*, p. 12, 1992.

⁶⁴ Carta de data e Sismaria de Luiz de Souza Furna, Antônio de Albuquerque da Câmara, Lopo de Albuquerque da Câmara e Pedro de Albuquerque da Câmara de Serra Trapuha e Acahuã (Data e Sesmaria nº 39 da Capitania do Rio Grande).

⁶⁵ Conforme MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Cronologia Seridoense*, p. 32, 2002.

⁶⁶ Conforme SAMPAIO, Teodoro. *O Tupi na geografia nacional*, p. 332, 1987.

⁶⁷ Conforme SAMPAIO, Teodoro. *O Tupi na geografia nacional*, p. 322, 1987.

⁶⁸ MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açu e Seridó*, p. 106, 1984, considera Potim Açu o mesmo rio Potengi. A crer-se em ambas as denominações como oriundas do tupi, sua opinião, de fato, procede. Potim vem de pó-t), “as mãos pontiagudas: o camarão, o crustáceo”. Conforme SAMPAIO, Teodoro. *O Tupi na geografia nacional*, p. 307, 1987

(grifos do autor); açu, por sua vez, significa “grande, considerável”. Conforme SAMPAIO, Teodoro. *O Tupi na geografia nacional*, p. 191, 1987. Assim, potim + açu (= camarão grande) seria o mesmo que Potengi, que, em tupi, quer dizer “rio dos camarões”. CASCUDO, Luís da Câmara. *Nomes da Terra: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte*, p. 17, 1968. Esse rio, que nasce na Serra de Santana, deságua no Atlântico nas proximidades de Natal.

⁶⁹ Carta de data e Sesmaria de Luiz de Souza Furna, Antônio de Albuquerque da Câmara, Lopo de Albuquerque da Câmara e Pedro de Albuquerque da Câmara de Serra Trapuha e Acahuã (Data e Sesmaria nº 39 da Capitania do Rio Grande).

⁷⁰ Carta de data e Sismaria de Luiz de Souza Furna, Antônio de Albuquerque da Câmara, Lopo de Albuquerque da Câmara e Pedro de Albuquerque da Câmara de Serra Trapuha e Acahuã (Data e Sesmaria nº 39 da Capitania do Rio Grande).

⁷¹ O problema da generalização dos povos indígenas das Capitânicas do Norte como sendo todos Cariri proveio, segundo MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Os holandeses na Capitania do Rio Grande*, p. 51, 1998, de uma interpretação apressada do historiador paraibano Irineu Joffily feita ao consultar a *Descrição Geral da Capitania da Paraíba* (1639), de Elias Herckman. Joffily disse ser Cariri o nome genérico de todas as tribos tapuia do espaço que hoje corresponde ao Nordeste, generalização que seria adotada por Capistrano de Abreu ao prefaciá-lo seu livro, *Notas sobre a Paraíba*, de 1892. Segundo MEDEIROS, Ricardo Pinto de. *O descobrimento dos outros: povos indígenas do sertão nordestino no Período Colonial*, p. 34, 2000, essa mesma generalização está presente nos trabalhos posteriores de Capistrano de Abreu e de Rodolfo Garcia, que foram escritos entre a última década do século XIX e as duas primeiras do século XX, obras “que influenciaram várias gerações de pesquisadores”.

⁷² A respeito dos hábitos dos Tarairiu, que foram anotados dos relatos dos cronistas coloniais, consulte-se MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açu e Seridó* (1984) e POMPA, Cristina. Os Tapuia. In: *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial*, p. 221-93, 2003.

⁷³ Conforme MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Os holandeses na Capitania do Rio Grande*, p. 49-62, 1998.

⁷⁴ Confirmando nossa assertiva, ALMEIDA, Luiz Sávio de. Umhas poucas palavras. In: ____; GALINDO, Marcos & ELIAS, Juliana Lopes. *Índios do Nordeste: temas e problemas 2*, p. 16, 2000, nos diz sobre os nativos de que aqui estamos tratando que Basicamente, aduzimos, nada se sabe em profundidade sobre a identidade étnica desses Tarairiu e seria possível levantar a hipótese de que se estaria (...) diante de uma estereotipação colonial extensível ao conjunto dos índios no período [da Dominação Holandesa]”.

⁷⁵ Conforme MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açu e Seridó*, p. 17-30, 1984.

⁷⁶ Em Lisboa, a 10 de dezembro de 1687, o Conselho Ultramarino recomendava ao Rei D. Pedro II o cuidado e vigilância que deveria ter com o “Gentio Tapuya da Nação Jandoim”, rebelado na então Capitania do Rio Grande (AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 27). Em 20 de novembro de 1695 foi retificada a paz feita entre o Capitão Mor do Rio Grande, Bernardo Vieira de Meio e os “tapuyos Jahiuz da Rybeira do Assu”

(AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 42). MARIZ, Marlene da Silva. *Repertório de Documentos para a História Indígena existentes no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, 1995, em levantamento de documentos para a história indígena nos manuscritos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte cita requerimentos, cartas dos oficiais da Câmara do Natal, bando e carta do Governo da Capitania da Paraíba dos anos de 1689, 1700, 1702, 1708, 1712, 1713 e 1721 dando conta dos Janduí.

⁷⁷ Conforme MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açu e Seridó*, p. 132-5, 1984.

⁷⁸ Entre as culturas andinas o personagem mais importante da sociedade era o Inca, imperador, chefe político e religioso, que era também proprietário das terras do Império. Esse título se estendia aos membros de sua família e às linhagens aparentadas. Os súditos do Inca eram, também, chamados de atas. Conforme PEREGALLI, Enrique. *A América que os europeus encontraram*, p. 49-68, 1994.

⁷⁹ Conforme MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açu e Seridó*, p. 37, 1984.

⁸⁰ MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açu e Seridó*, p. 84-5, 1984, acredita que o rei Janduí possa ser o Índio Tarairiu pintado por Eckhout.

⁸¹ A respeito do rei Janduí, Olavo de Medeiros Filho (Correspondência Pessoal com o autor, 07/mar/1997) diz que “Este viveu mais de 150 anos, conforme informavam os holandeses. Com a nova documentação revelada pelo cartório de Pombal, constata-se a veracidade do fato. Janduí, já vivo e dando nome à sua tribo (Janduis) em 1545, ainda era vivo em 1654, quando ocorreu a expulsão dos Holandeses! Ele morreu combatendo outros Tapuias, desta vez, dos Portugueses... Em 1545, estava ao lado dos Portugueses; em 1579, encontrava-se aliado aos Franceses; em 1613, com os Portugueses; em 1630, com os Holandeses; em 1654, novamente com os Portugueses...”.

⁸² Conforme MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Os holandeses na Capitania do Rio Grande*, p. 50, 1998. O que há de consenso entre os estudos contemporâneos envolvendo os indígenas do sertão das Capitanias do Norte “é a percepção de pelo menos três grupos culturais distintos, os Cariri, os Tarairiu e os Jê, e um grande número de grupos isolados e ainda sem classificação, dentro da denominação de Tapuia predominante no período colonial. É importante também ressaltar que aparecem muitos grupos sobre os quais não temos praticamente nenhuma informação a respeito de sua cultura”. Conforme MEDEIROS, Ricardo Pinto de. *O descobrimento dos outros: povos indígenas do sertão nordestino no Período Colonial*, p. 34, 2000.

⁸³ Carta de data e sesmaria concedida a Antonio Gonçalves Cabral, Antonio de Azevedo Cabral, Pascoal Pereyra de Lima, Antonio Moreyra e Antonio da Fonseca, no Rio Acauham (Data e Sesmaria nº 44 da Capitania do Rio Grande).

⁸⁴ Carta de data e sesmaria concedida a Antonio Gonçalves Cabral, Antonio de Azevedo Cabral, Pascoal Pereyra de Lima, Antonio Moreyra e Antonio da Fonseca, no Rio Acauham (Data e Sesmaria nº 44 da Capitania do Rio Grande).

⁸⁵ LIRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*, p. 101, 1982, a propósito, cita o caso de uma sesmaria concedida em 1682 pelo Governador Geral do Brasil, Roque da Costa Barreto, tendo como beneficiários José Peixoto Viegas, Antonio de

Albuquerque da Câmara, Manuel da Silva Vieira e mais trinta e dois colonos, na região limítrofe à Ribeira do Açu, da qual não dispomos de registro.

⁸⁶ Conforme LIMA, Ruy Cirne. *Pequena História Territorial do Brasil: Sesmarias e Terras Devolutas*, p. 49-59, 1991.

⁸⁷ Carta de data e Sesmaria concedida a Antonio de Albuquerque da Câmara, Luiz de Souza Furna, Lopo de Albuquerque da Câmara e Pedro de Albuquerque da Câmara, de sobras no Rio Acauhã. Transcrita por MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açu e Seridó*, p. 114-6, 1984, da cópia dos autos da demarcação do Sítio Ingá, no Sertão do Seridó, no ano de 1772 (Acervo documental do IHGRN, Pasta nº 46).

⁸⁸ Conforme CORRÊA, Manuel Antonio Dantas. Sem título. In: GUERRA, Phelipe & GUERRA, Theophilo. *Seccas contra a secca*, p. 10-2, 2001. Manuel Antonio era filho do Coronel Caetano Dantas Corrêa e de Josefa de Araújo Pereira. Morador na antiga Fazenda do Cajueiro (Acari-RN), era casado com Maria José de Medeiros. Dirigiu o Senado da Câmara da Vila do Acari por diversas vezes, na primeira metade do século XIX, além de ter escrito a crônica supra citada em 1847, relatando os efeitos das secas no sertão. Instigantes análises desse manuscrito, que representa uma narrativa edênica do Sertão do Seridó, foram desenvolvidas por MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. Espaço da provação e da promessa, In: *A Penúltima Versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense*, p. 89-121, 2005, e também por ARAÚJO, Douglas. O Seridó como espaço correlato ao das escrituras sagradas. In: *A morte do Sertão Antigo no Seridó: o desmoronamento das fazendas agropecuaristas em Caicó e Florânia (1970-90)*, p. 59-65, 2003.

⁸⁹ Carta de data e Sesmaria concedida a Antonio de Albuquerque da Câmara, Luiz de Souza Furna, Lopo de Albuquerque da Câmara e Pedro de Albuquerque da Câmara, de sobras no Rio Acauhã. Transcrita por MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açu e Seridó*, p. 114-6, 1984, da cópia dos autos da demarcação do Sítio Ingá, no Sertão do Seridó, no ano de 1772 (Acervo documental do IHGRN, Pasta nº 46).

⁹⁰ Conforme MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açu e Seridó*, p. 121-2, 1984; *Notas para a História do Rio Grande do Norte*, p. 122-4, 2001.

⁹¹ SOARES, Antonio. *Dicionário Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, v. I*, p. 91, 1988, porém, afirma que a Casa Forte do Cuó localizava-se no Açu, pelo fato de haver nesse município uma serra com esse nome, opinião compartilhada por LIRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*, p. 112, 1982. No entanto, havia realmente urna outra casa forte às margens do Rio Açu, onde ficaram acomodadas as tropas de Manuel de Abreu Soares. Conforme MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açu e Seridó*, p. 118-9, 1984.

⁹² Embora pensemos que as Guerras dos Bárbaros pudessem ser confrontos envolvendo índios contra brancos, devemos ter o cuidado de lembrar que os Terços Militares formados na Colônia abrangiam indivíduos procedentes de diversos grupos étnicos, como negros, mestiços e até mesmo índios. O próprio Domingos Jorge Velho, líder mais conhecido do Terço dos Paulistas, era mestiço. Conforme PIRES, Maria Idalina da Cruz. *Resistência indígena no Nordeste Colonial: a Guerra dos Bárbaros*, p. 69-70, 1989.

⁹³ Baseado na documentação do antigo Senado da Câmara do Natal e em deduções históricas a partir do teor desses mesmos documentos, o historiador Olavo de Medeiros Filho situou os alicerces da Casa-Forte do Cuó nas proximidades do atual Bairro Penedo, na cidade de Caicó, além de ter atribuído ao Coronel Antonio de Albuquerque da Câmara a iniciativa de sua construção. Segundo ele, “Antonio de Albuquerque da Câmara tratou de construir urna casa-forte, para servir de aquartelamento às tropas sob o seu comando. Escolheu um ponto muito adequado, capaz de controlar o trânsito que ocorresse nos rios Acauã (hoje o trecho é considera, como sendo o Seridó), Quipauá (atualmente Barra Nova), e Sabugi. Tal ponto estratégico corresponde ao Sítio do Penedo, vizinho à atual cidade caicoense, à margem esquerda do rio Seridó. Pertinho da casa-forte edificada, ficava o atual Poço de Santana, manancial inesgotável d’água, fator indispensável à sobrevivência do Corpo de Ordenanças. Em torno à casa-forte ficaram acampadas, certamente em choupanas de palha, as tropas empregadas no combate ao gentio tapuia levantado”. Conforme MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Verdadeira origem da cidade de Caicó*, 1986.

⁹⁴ Conforme MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Notas para a História do Rio Grande do Norte*, p. 114, 2001.

⁹⁵ Carta de data e Sesmaria concedida a Antonio de Albuquerque da Câmara, Luiz de Souza Furna, Lopo de Albuquerque da Câmara e Pedro de Albuquerque da Câmara, de sobras no Rio Acauhã. Transcrita por MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açu e Seridó*, p. 114-6, 1984, da cópia dos autos da demarcação do Sítio Ingá, no Sertão do Seridó, no ano de 1772 (Acervo documental do IHGRN, Pasta nº 46).

⁹⁶ Carta de data e Sesmaria concedida a Antonio de Albuquerque da Câmara, Luiz de Souza Furna, Lopo de Albuquerque da Câmara e Pedro de Albuquerque da Câmara, de sobras no Rio Acauhã. Transcrita por Olavo, Índios, p. 114-6, da cópia dos autos da demarcação do Sítio Ingá, no Sertão do Seridó, no ano de 1772 (Acervo documental do IHGRN, Pasta nº 46).

⁹⁷ É bem possível, também, que os Albuquerque Câmara já estivessem de posse (informal) das terras da Ribeira do Acauã antes do ano de 1679, quando requereram a primeira data.

⁹⁸ MELO, Protásio Pinheiro de. *Contribuição indígena à fala norte-rio-grandense*, p. 5, 1971.

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ Segundo LIRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte* (p. 116, 1982), o Senado da Câmara da Cidade do Natal, em 28 de agosto de 1692, dirigiu-se a El-Rei, reclamando medidas de defesa para a capitania. Dentre estas, “Pela grande extensão dos sertões considerava conveniente que Sua Majestade mandasse fundar quatro arraiais nos lugares Jaguaribe, Açu, Acauã e Curimataú, sendo mantidos e sustentados pela gente do Arco Verde e do Camarão, que existia de Pernambuco ao Ceará, ficando sob direção do referido mestre-de-campo, e só assim, flanqueando cada arraial pela sua parte a campanha, ver-se-iam povoar os sertões, recuperando desta sorte as perdas que tinham tido os dízimos reais”.

¹⁰¹ Conforme DUQUE, Guimarães. *O Nordeste e as lavouras xerófilas*, p. 9, 1980.

¹⁰² Essa discussão tomou por base o debate acerca do maravilhamento dos europeus com

o Novo Mundo, presente em GREENBLATT, Stephen. *Possessões Maravilhosas* (1996). Infelizmente não dispomos de relatos de espaço deixados pelos colonos que estiveram no sertão do Rio Grande na época das sesmarias que estamos analisando (segunda metade do século XVII), mas, tão somente, os textos dos pedidos de concessão. A existência de narrativas, decerto, nos proporcionaria uma melhor visão acerca do maravilhamento, positivo ou negativo, dos conquistadores com relação ao sertão.

¹⁰³ Conforme MONTEIRO, Eymard L'Eraistre. *Caicó: subsidios para a história completa do município*, p. 40, 1945.

¹⁰⁴ Transcrita integralmente por MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhas Famílias do Seridó*, p. 262-3, 1981.

Fontes

Carta de data e Sesmaria concedida a Antonio de Albuquerque da Câmara, Luiz de Souza Furna, Lopo de Albuquerque da Câmara e Pedro de Albuquerque da Câmara, de sobras no Rio Acauhã. Transcrita por MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açu e Seridó* (1984, p. 114-6) da cópia dos autos da demarcação do Sítio Ingá, no Sertão do Seridó, no ano de 1772 (Acervo documental do IHGRN, Pasta nº 46).

Carta de data e Sesmaria concedida a Antonio Gonçalves Cabral, Antonio de Azevedo Cabral, Pascoal Pereyra de Lima, Antonio Moreyra e Antonio da Fonseca, no Rio Acauham (Data e Sesmaria nº 44 da Capitania do Rio Grande, 1680). In: Fundação Vingt-Un Rosado. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. *Sesmarias do Rio Grande do Norte*, v.1 (Anteriores à Guerra Holandesa – 1716). Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado/Gráfica Tércio Rosado (ESAM), 2000. p. 250-4 (Mossoroense, Série C, 1.136).

Carta de data e Sesmaria de Luiz de Souza Furna, Antônio de Albuquerque da Câmara, Lopo de Albuquerque da Câmara e Pedro de Albuquerque da Câmara de Serra Trapuha e Acahuã (Data e Sesmaria nº 39 da Capitania do Rio Grande, 1679). In: Fundação Vingt-Un Rosado. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. *Sesmarias do Rio Grande do Norte*, v.1 (Anteriores à Guerra Holandesa – 1716). Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado/Gráfica Tércio Rosado (ESAM), 2000. p. 223-7 (Mossoroense, Série C, 1.136).

Carta de Data e Sesmaria pello Cap.-Mor Antônio Vaz Gondim a Dona Theodozia Leite de Oliveira e outras pessoas, no rio Acauham (Data e Sesmaria nº 30 da Capitania do Rio Grande, 1676). In: Fundação Vingt-Un Rosado. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte *Sesmarias do Rio Grande do Norte*, v.1 (Anteriores à Guerra Holandesa – 1716). Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado/Gráfica Tércio Rosado (ESAM), 2000. p. 179-81 (Mossoroense, Série C, 1.136).

Carta do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Bernardo Vieira de Melo, ao rei [D. Pedro II] sobre decisão dos oficiais da Câmara e moradores de Natal de se fazer um presídio no sertão do Açu, que seria sustentado por seis meses pelas farinhas dadas pelos moradores (Natal, 25 abr.1697). In: Arquivo Histórico Ultramarino, Instituto de Investigação Científica Tropical. *Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Rio Grande do Norte (1623-1823)*. Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco, AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 42 (SISDOC – Sistema de Documentação, disponível em CD-ROM)

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre carta do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Pascoal Gonçalves de Carvalho, acerca das hostilidades que os índios Janduí faziam na capitania (Lisboa, 6 fev.1688). In: Arquivo Histórico Ultramarino, Instituto de Investigação Científica Tropical. *Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Rio Grande do Norte (1623-1823)*. Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco, AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 27 (SISDOC – Sistema de Documentação, disponível em CD-ROM).

Escritura de venda do sítio *Irapuá* que fazem Teodósio de Oliveira Lêdo e esposa dona Cosma Tavares Leitão a Manoel Pereira Monteiro. In: *Divisão dos Sítios Arapuá e Conceição* (1851). Acervo do Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC), Fundo da Comarca de Caicó, Subfundo do 1º Cartório Judiciário de Caicó, Série Temática das Ações Cíveis, Caixa 03.

Livro nº 02 de registro de enterros da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (1812-1838). Acervo da Paróquia de Sant'Ana, de Caicó, disponível no Centro Paroquial São Joaquim, Caicó-RN.

Traslado da Data da ribeira das Espinharas aos Oliveiras em 1670 a qual não é confirmada nem demarcada. Acervo Particular do Professor Renato de Medeiros Rocha, Caicó-RN.¹⁰⁴

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Luiz Sávio de. Umas poucas palavras. In: GALINDO, Marcos & ELIAS, Juliana Lopes. *Índios do Nordeste: temas e problemas (II)*. Maceió: Edufal, 2000, p. 13-21.

ARAÚJO, Douglas. *A morte do Sertão Antigo no Seridó: o desmoronamento das fazendas agropecuaristas em Caicó e Florânia (1970-90)*. Tese de Doutorado em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

AUGUSTO, José. *Seridó*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1954.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Achiamé; Natal: Fundação José Augusto, 1984.

_____. *Nomes da Terra: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DANTAS, José Adelino. *Homens e Fatos do Seridó Antigo*. Garanhuns: O Monitor, 1962.

DANTAS, Manoel. *Homens d'outrora*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1941 (Bibliotheca de Historia Norte-Riograndense, IV).

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DINIZ, Mônica. Sesmarias e posse de terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo do Estado de São Paulo*, n. 2, jun. 2005. Disponível em: www.historica.arquivoestado.sp.gov.br. Acesso em: 14 de jul. 2005.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p. 177-197.

DUQUE, Guimarães. *O Nordeste e as lavouras xerófilas*. 2ª ed. Mossoró: ESAM/Fundação Guimarães Duque; Brasília: CNPq, 1980. (Mossoroense, Série C, v. CXLIII).

FARIA, Oswaldo Lamartine de & AZEVEDO, Guilherme de. *Vocabulário do criatório norte-rio-grandense*. 2ª ed. Natal: Fundação José Augusto, 1997.

FELIPE, José Lacerda Alves & CARVALHO, Edilson Alves de. *Atlas escolar do Rio Grande do Norte*. João Pessoa: Grafset, 1999.

FONSECA, Antonio José Victoriano Borges da. *Nobiliarquia Pernambucana*, v. I. 2ª ed. Mossoró: Gráfica Tércio Rosado/ESAM, 1992. (Mossoroense, série C, v. 819).

Fundação Vingt-Un Rosado. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. *Sesmarias do Rio Grande do Norte*, v.1 (Anteriores à Guerra Holandesa – 1716). Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado/Gráfica Tércio Rosado (ESAM), 2000. (Mossoroense, Série C, 1.136).

GREENBLATT, Stephen. *Possessões maravilhosas*. São Paulo: Edusp, 1996.

GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUERRA, Phelipe & GUERRA, Theophilo. *Seccas contra a secca*. 4ª ed. Mossoró: FRV/Fundação Guimarães Duque, 2001 (Col. Mossoroense, Série C, 1.203).

LAMARTINE, Juvenal. *Velhos Costumes do meu Sertão*. Natal: Fundação José Augusto, 1965.

LAMARTINE, Oswaldo. *Sertões do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

LIMA, Ruy Cirne. *Pequena História Territorial do Brasil: Sesmarias e Terras Devolutas*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado/Governo do Estado/Secretaria de Estado da Cultura, 1991.

LIRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 2ª ed. Natal: Fundação José Augusto; Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1982.

LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado; Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003 (Col. Mossoroense, série C, v. 1379).

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Desvendando o passado índio do sertão: memórias de mulheres do Seridó sobre as caboclas-brabas. *Vivência*. Natal, n. 28, 2005, p. 145-57. ISSN 0104-3064.

_____. Os documentos do Cartório de Pombal-PB e sua importância para o entendimento da História Colonial do Sertão do Rio Grande do Norte. *Mneme – Revista de Humanidades*. Caicó, v. 5, n. 12, out./nov.2004. Bimestral. ISSN 1518-3394. Disponível em <http://www.seol.com.br/mneme>. Acesso: 12 de mar. 2005.

_____. Quando o Sertão se descobre: os documentos pombalenses e a redescoberta da História do Seridó Colonial. *O Galo – Jornal Cultural*. Natal: Fundação José Augusto, ano XI, nº 4, abril/maio de 2000. pp. 19-22.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense*. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

MARIZ, Marlene da Silva (org.) *Repertório de Documentos para a História Indígena existentes no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Mossoró: FVR/ETFRN/UNED; Natal: Secretaria de Educação, Cultura e Desportos do Rio Grande do Norte, 1995.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Cronologia Seridoense*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-Un Rosado, 2002 (Col. Mossoroense, Série C, v.1268).

_____. *Índios do Açú e Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.

_____. *Notas para a História do Rio Grande do Norte*. João Pessoa: Unipê, 2001.

_____. *Os Holandeses na Capitania do Rio Grande*. Natal: IHGRN, 1998.

_____. Verdadeira origem da cidade de Caicó. *O Poti*, Natal: 1986.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. *O descobrimento dos outros: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial*. Tese de Doutorado em História do Brasil da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2000.

MELO, Protásio Pinheiro de. *Contribuição indígena à fala norte-rio-grandense*. Natal: Imprensa Universitária, 1971. (Arquivos do Instituto de Antropologia Câmara Cascudo, Série especial – Lingüística, n.1).

MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. Natal: Edufurn, 2000.

_____. Terra e trabalho em perspectiva histórica: um exemplo do sertão nordestino (Portalegre-RN). *Caderno de História*, Natal, v. 6, n. 1, p. 5-41, jan./dez. 1999.

MONTEIRO, Eymard L'Eraistre. *Caicó: subsídios para a história completa do município*. Recife: Escola Salesiana de Artes Gráficas, 1945.

PEREGALLI, Enrique. *A América que os europeus encontraram*. 13, ed.rev.atual. São Paulo: Atual, 1994.

PIRES, Maria Idalina Cruz. *Guerra dos Bárbaros: resistência e conflitos no Nordeste Colonial*. Recife: Secretaria de Cultura, 1990.

_____. Resistência Indígena no Nordeste Colonial: a Guerra dos Bárbaros. *Nordeste Indígena*. Recife, FUNAI, n.1, p. 67-74, 1989.

POMBO, Rocha. *História do Estado do Rio Grande do Norte*. Portugal: Renascença Portuguesa; Rio de Janeiro: Anuario do Brasil (Almanak Laemmert), 1922.

POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial*. Bauru, SP: Edusc, 2003.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. Tese de Doutorado em História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

SAMPAIO, Teodoro. *O Tupi na geografia nacional*. Rio de Janeiro: INL, 1987.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SEIXAS, Wilson. *O Velho Arraial de Piranhas (Pombal) no centenário de sua elevação a cidade*. João Pessoa: A Imprensa, 1961.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil-Colônia. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. *História econômica do Período Colonial*. São Paulo: Hucitec/Fapesp/ABPHE, 1997. p. 123-59.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. *'Nas solidões vastas e assustadoras': os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII*. Tese de Doutorado em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

SILVA, Lúgia Maria Osório. A 'questão da terra' e a formação da sociedade nacional no Brasil. In: II Congresso Brasileiro de História Econômica / 3ª Conferência Internacional de História das Empresas. *Anais...*, v. I. São Paulo, ABPHE/UFF, 1996. p. 35-51.

SOARES, Antonio. *Dicionário Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, v. I. Mossoró: s/e, 1988 (Col. Mossoroense, CDXVII).

TAUNAY, Afonso. de E. *A Guerra dos Bárbaros*. 2.ed. Mossoró: FVR/ETFRN/ UNED; Natal: Secretaria de Educação, Cultura e Desportos do Estado do Rio Grande do Norte, 1995 (Col. Mossoroense, Série C, 864).

TEENSMA, B.N. O Diário de Rodolfo Baro (1647) como Monumento aos Índios Tarairiu do Rio Grande do Norte (1998). *Ethnos – Revista Brasileira de Etnohistória*, ano II, n.3. Disponível em <<http://www.galindo.demon.nl/ethnos3/teensma.html>> Acesso em: 13 de fev. 2000.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.

RESUMO

O artigo analisa os requerimentos de concessão de terras das Capitania do Rio Grande referentes à última metade do século XVII, objetivando demonstrar a visão do colonizador a respeito da natureza presente no sertão. Da análise dessas fontes, tomando a relação entre espaço e natureza como foco, evidencia-se as diferentes percepções do colono acerca das terras que estavam sendo apropriadas e dos elementos naturais aí presentes, que vão sendo omitidos à medida que o sistema colonial avança sobre o interior.

Palavras-chave: Espaço, natureza, sertão.

ABSTRACT

The article analyzes the solicitations of concession of lands of the Capitania do Rio Grande to the last half of the century XVII, aiming at to demonstrate the settler's vision regarding the present nature in the interior. Of the analysis of those sources, taking the relationship between space and nature as focus, is evidenced the colonist's different perceptions concerning the lands that were being appropriate and of the natural elements there presents, that go being omitted to the measure that the colonial system moves forward on the interior.

Keywords: Space, nature, interior.

(recebido em novembro de 2005 e aprovado em janeiro de 2007)